RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES DO SETOR DE QUALIDADE LABORATÓRIO TEUTO

Ano: 2017
Curso: Administração
Aluno(a): Denivaldo Beires Ramos
Orientador(a): Kellen Salomão Cavalcanti Parussolo

Resumo: Este trabalho trata de algumas variáveis inerentes à motivação dos indivíduos no ambiente de trabalho e do incentivo à gestão de inovação de processo. Mediante pesquisa realizada na organização do ramo laboratório industrial em Anápolis, pretende-se mostrar a importância da criação de um ambiente propício à motivação, que gere inovação no controle de qualidade. Com relação à apresentação de resultados com essa pesquisa, optou-se por dar maior ênfase à importância da motivação dos trabalhadores mediante a nova gestão, como fonte de inovação da motivação dos trabalhadores mediante a nova gestão, como fonte de inovação. No entanto, os fatos aqui relatados não mostram efetivamente a existência de um processo motivacional que incentive a inovação da organização, mas sim a importância da adoção, visando fortalecer a efetiva equipe com mais participação da organização neste ambiente de competitividade mundial. O pressuposto é que as estratégias de motivação laboral são mais eficientes quando correspondem diretamente a metas e valores do trabalhador, possibilitando o desenvolvimento de programas diferenciados devido ao conhecimento do perfil do colaborador.

Palavras-chave: Motivação. Gestão. Ambiente Organizacional.

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE NA EMPRESA CONEXÃO ELÉTRICO E HIDRÁULICO LTDA

Ano: 2017
Curso: Administração
Aluno(a): Alisson Tiago de Jesus Cordeiro
Orientador(a): Kellen Salomão Cavalcanti Parussolo

Resumo: Esta pesquisa propõe destacar a importância do papel da qualidade no atendimento como fator de crescimento empresarial, com o objetivo de auxiliar empresas a conquistarem bom desempenho pela excelência do padrão de atendimento de uma organização, fazendo com que os clientes possam sentir que as suas necessidades ou expectativas estão sendo atendidas ou até mesmo superadas. A satisfação dos clientes não é uma opção: é uma questão de sobrevivência para qualquer organização. Sem seus clientes a organização não tem propósito. Foram realizados estudos a partir da pesquisa de dados com os clientes e uma observação participante, baseado numa bibliografia apropriada sobre o tema, em busca de detectar quais são os princípios básicos relevantes para um bom atendimento ao cliente. É

essencial para sobrevivência de uma organização apresentar diferenciais e buscar métodos que possam atrair, reter e satisfazer seus clientes. A presente pesquisa possibilitou reconhecer o novo perfil do clientes, propondo uma urgente mudança da visão dos gestores atuais, e permitiu também evidenciar que estimular práticas de um bom atendimento, estabelecendo o serviço de modo confiável e proporcionando padrões para uma abordagem diferenciada, possibilitará conquistar o consumidor e assim alcançar sua permanência.

Palavras-chave: Qualidade. Clientes. Atendimento. Empresa.

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISE DA SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DA EMPRESA MC ISOLAMENTOS TÉRMICOS LTDA NA CIDADE DE ANÁPOLIS-GO

Ano: 2017
Curso: Administração
Aluno(a): Clara Alencar Pinto Mees
Orientador(a): Jessé Silva

Resumo: Este trabalho teve como escopo analisar e verificar a formar de seleção e recrutamento de uma empresa MC Isolamentos, que é terceirizada no ramo de montagem de câmara fria. Foi percebido a dificuldade de encontrar profissionais qualificados na área para contratação, por alguns motivos informados pela empresa é que o SENAI que teria a competência para qualificar, até o momento não disponibilizou este curso para o município de Anápolis, sendo assim a empresa opta em treinar os futuros montadores e assistentes de montagem. Como é um trabalho sazonal, estão sempre em rotatividade. Concluíram que, para não perderem a fatia do mercado de montagens de câmara de frigorifico, organizaram um modelo de treinamento que proporciona em uma semana o trabalhador está apto a trabalhar na equipe.

Palavras-chave: Seleção. Recrutamento. Câmara Fria.

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: PLANO DE MARKETING DA EMPRESA MERCADINHO SILVESTRE

Ano: 2017
Curso: Administração
Aluno(a): Flávio Silvestre de Moura
Orientador(a): Jessé Silva de Araújo

Resumo: Este presente estudo de plano de marketing visa trazer melhorias para a empresa Mercadinho Silvestres através de um estudo de campo de como manter os clientes atuais e conquistar novos clientes para a empresa. Enriquece este trabalho as bibliográficas usadas para levantar conhecimento teórico que como funciona o Marketing em uma empresa, e como sua aplicação envolve procedimentos que geram retorno no negócio-econômico. No domínio da elucidação literária, pode-se fundar possível entendimento para executar um trabalho com disposição prática. Neste contexto do relatório pressupõe a união acadêmica de

teoria e prática. Balizado nisso que será exposto um estudo de um empreendimento real que é a empresa Mercadinho Silvestre. As técnicas usadas na transformação da empresa é uma dádiva resultante dos conhecimentos das ciências administrativa. Contudo, dá-se zelo por seus princípios e contribuição que dela pode-se obter. Uma boa gestão deve vir da apreciação do conhecimento técnico-científico, pois nele está observações e registro de casos pesquisado por diferentes autores.

Palavras-chave: Plano de Marketing. Mercadinho Silvestre. Estratégia do Marketing.

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISONADO: ANÁLISE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL NA EMPRESA HERMON SISTEMAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS-GO.

Ano: 2017
Curso: Administração
Aluno(a): Rafael Estavam Chaveiro
Orientador(a): Jessé Silva de Araújo

Resumo: A importância de um sistema de qualidade ainda é muito esperada no meio tecnológico, referenciando a empresa Hermon Sistema, desenvolvedora de seu próprio sistema de informação, destacaremos seguintes seguimentos à pesquisa, sendo assim a Instituição Hermon Sistema atende o meio comerciário, atacadista oferecendo o controle especifico para cada departamento especial, sendo assim proporcionando um maior controle e gerenciamento de dados de seus clientes. Porém existem barreiras que necessitam ser quebradas para um melhor funcionamento da equipe em geral, na obtenção da qualidade do serviço prestado e reconhecimento. Atualmente o mercado conta com um apoio enorme do governo para que se tenha um gerenciamento profissional, gerando assim benefícios acerca de suas contribuições. Dessa forma através desse estudo pretende se investigar supostas melhorias continuas e identificar agilidade nos processos de informação, gerando assim um maior entendimento diante de ocorridas situações para a tomada de decisões.

Palavras-chave: Gerenciamento Profissional. Tomada de Decisões.

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: PLANO DE MARKETING NA EMPRESA FACULDADE DO INSTITUTO BRASIL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – FIBRA

Ano: 2017
Curso: Administração
Aluno(a): Wemerson Silva Araújo
Orientador(a): Jessé Silva de Araújo

Resumo: Esse estudo consiste em um trabalho final de conclusão do curso de Administração da Faculdade do Instituto Brasil de Ciência e Tecnologia (FIBRA) e, aborda conceitos gerais de marketing, os quais, analisados minuciosamente, serviram de base para a proposição de um plano de marketing para a Instituição. Um dos maiores desafios das empresas nos dias

atuais, é a competitividade que vem aumentando nos últimos anos, sendo cada vez maior o número de empresas que surgem dispostas a atender à necessidade dos clientes da melhor maneira possível. Contudo, o que o estudo propõe é um planejamento de marketing, onde o plano de marketing é de suma importância para que a organização reconheça os desafios que enfrenta e o efeito que eles causam sobre o seu sucesso futuro, identificado as oportunidades de negócio mais promissoras para a empresa, e esboçado como conquistar e manter posições no mercado identificado.

Palavras-chave: Marketing. Plano de Marketing. Planejamento Estratégico.

Ciências Contábeis – 2017

IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: EM FOCO ENTIDADES RELIGIOSAS

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Gadiel Thomaz Rodrigues
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A contabilidade é essencial no desenvolvimento e sucesso das Entidades sem fins lucrativos, oferecendo ferramentas que auxiliam a sua administração, nos seus processos de gestão. A Contabilidade gera informações destinadas á tomada de decisão. Os gestores de posse destas informações, relacionadas aos item necessários e obrigatórios que devem constar dados e avaliações auxiliares e manterem o processo produtivo, verificando sempre o fluxo, as aplicações às origens de cada recurso, bem como avaliar os investimentos que são necessários para o bom andamento da operacionalidade dos processos, diante desta ferramenta, com informações em tempo hábil e tempestivo, a gestão tende ser a mais assertiva possível. Neste processo de dados e informações vale elencar a apresentação das demonstrações contábeis das entidades do Terceiro Setor, que determinam o nível de aplicação das normas contábeis e legislação vigentes. As entidades sem fim lucrativos buscam ferramentas para averiguação de suas economias para realizarem seus objetivos voltados para o bem social. O desenvolvimento deste vem trazer á aplicabilidade da Contabilidade para as Entidade do Terceiro Setor, de forma confiável para os envolvidos. Tornando-se uma ferramenta de decisão indispensável para a gestão e sua transparência para a sociedade.

Palavras-chave: Entidades Religiosas. Imunidade Tributária. Terceiro Setor.

AUDITORIA CONTÁBIL NO SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS DA BM&F BOVESPA

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Alexandre Silva da Rocha; Elanio Menezes da Silva
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A auditoria interna é essencial no desenvolvimento e sucesso de uma organização de forma que a mesma oferece ferramentas que auxiliam as empresas nos seus processos de gestão. A auditoria contábil visa identificar anomalias e tem maior relevância em relação ao controle do patrimônio e suas variações, oferecendo aos gestores informações essenciais sobre os controles internos relacionados com patrimônio e com os custos de produção da entidade. Enquanto a auditoria externa verifica as demonstrações, registros administrativos, observando a exatidão, integridade e veracidade de tais demonstrações registros e documentos. Com a finalidade de emitir relatório quanto a situação patrimonial e o resultado das operações referentes ao período auditado. Através do levantamento e análise dos pareceres pode-se observar que ao analisar as pareceres dos auditores não foram detectados qualquer indícios de irregularidades até o atual momento.

Palavras-chave: Parecer de Auditoria. Auditoria Contábil. Relatório Contábil.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO LUCRO REAL E LUCRO PRESUMIDO PARA UM POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Amanda Gabriella da Silva; Letícia Oliveira Alencar Penãa
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: O estudo teve como objetivo realizar uma comparação entre as tributações Lucro Real e Lucro Presumido e através de um planejamento tributário para saber qual regime tributário seria mais adequado para a empresa estudada, um posto de gasolina, situado na cidade de Anápolis-GO no ano 2018. Para o desenvolvimento do estudo, foi feito uma pesquisa teórica, definido planejamento tributário, explicando os regimes que neste estudo serão analisados, impostos devidos a cada regime, suas definições e as diferenças que há entre eles. A pesquisa é baseada em teorias, tem caráter descritivo, além de ser analítica, pois através de analises que foi interpretado os fatos para extrair conclusões. A análise se deu através do método quantitativo a fim de realizar comparações entre os dados. Para a análise dos dados foi realizado o cálculo dos impostos de maneira detalhada, conforme a legislação especifica a atividade da empresa estudada, finalizando com um comparativo de qual a melhor forma de tributação entre Lucro Real e Lucro Presumido para o ano de 2018.; o estudo alcançou seus objetivos, pois através das análises e comparações entre os regimes, identificou a melhor tributação que cause menor ônus tributário para a empresa e que seja permitindo por lei no período base, Lucro Real, tributação que a empresa atualmente é enquadrada.

Palavras-chave: Lucro Presumido. Lucro Real. Planejamento Tributário. Regime Tributário

EVASÃO E ELISÃO FISCAL COM ÊNFASE NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Jales Nunes Pereira
Orientador(a): Robson Andrade Oliveira

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar as relevâncias da Contabilidade, não somente como uma forma de atendimento da determinação do planejamento tributário, mas como umas das principais ferramentas indispensável ao auxilio aos administradores e empresários nas tomadas de decisões de formas legais e corretas. Dando a origem, através de seus relatórios e controles reais para implantação e controle do Planejamento Tributário, visando redução da carga tributária de forma lícita e amparada por lei, tornando as entidades com maior competitividade e relação ao mercado que se torna a cada dia mais acirrado. Através da análise da demonstrações contábeis, chega-se a conclusão que a empresa faz seus recolhimentos tributários corretamente, sendo pelo regime de lucro real, lucro presumido e do simples nacional, que esteja pagando impostos com um valor muito maior gerando um custo alto para a empresa, podendo assim levar até a falência. O Planejamento Tributário é conhecido como ferramenta de gestão empresarial, retrata a origem dos tributos federais e tem as principais formas de tributação, com o propósito de encontrar a melhor maneira de tributação federal. A gestão tributária consiste em atividades dentro da empresa com o objetivo estratégico de organizar o aspecto econômico para a redução dos tributos. Referente a esta pesquisa é importante o papel da gestão tributária na administração financeira empresarial, tendo a finalidade de reduzir ou minimizar os custos tributários, diminuindo também a margem de erro, tanto para maior quanto para menor, no recolhimento do imposto. Desta forma, maximizar os lucros e aumentar a competitividade o mercado por meio do Planejamento Tributário.

Palavras-chave: Contabilidade. Fiasco. Planejamento Tributário. Impostos. Gestão.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS PEQUENAS EMPRESAS

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Hévyla Nínyve da Silva Faria Melo; Raquel Paula da Silva Oliveira
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Os consumidores estão a cada dia mais informados e têm mais opções de compra à sua disposição. Paralelamente, as empresas passaram a desenvolver programas de marketing que têm a finalidade de fazer com que os seus clientes comprem mais e mantenham-se fiéis a elas. O aumento da concorrência entre empresas do setor varejistas dificulta a atração e retenção de clientes. Dessa maneira, as empresas deste ramo se vêem forçadas a buscar meios de se sobressair, conquistando novo clientes, mantendo os que já possuem e principalmente buscando novas ferramentas de gestão para concorrer com os grandes varejistas. Para tento, analisou-se a viabilidade de uma ampliação da empresa para oferece um espaço mais amplo, coma finalidade de estreitar o relacionamento com o cliente e como consequência aumentar o faturamento. O estudo abrange ferramentas de gestão que podem ser utilizadas para elaborar um bom planejamento estratégico: Plano de negócios, avaliação estratégica, análise SWOT, plano e marketing, plano operacional e plano financeiro. Através dos cálculos do fluxo de caixa incremental, ponto de equilíbrio, playback, valor presente líquido e taxa

interna de retorno de 11,03% a.a., taxa mínima de atratividade de 5% a.a. conclui-se que é viável a ampliação do Supermercado Melo.

Palavras-chave: Planejamento Estratégico. Plano de Negócios e Viabilidade Econômico-Financeira.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS S.A

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Tamara Luiza Pires Felix; Renata Bastos Bittencourt
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Os demonstrativos contábeis de uma organização possuem diversas informações importantes aos seus usuários internos e externos, que podem ser interpretadas através das análises de seus dados. A análise por meio de índices é um método bastante estudado e confiável como recurso de gestão empresarial, além de ser uma excelente fonte de informação para investidores e possíveis investidores, por demonstrar o real quadro econômico e financeiro da entidade. Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo evidenciar a evolução dos indicadores contábeis da empresa Natura Cosméticos S.A, entre os períodos 2013 e 2015, através da análise de índice econômicos e financeiros, e comparar os índices obtidos com o retorno das ações. Observando a relação existente entre eles. As análises dos índices se deram por meios de cálculos realizados com os dados obtidos nos demonstrativos contábeis da empresa, e o retorno das ações foi calculado utilizando os dados de valores das ações da empresa, obtidos através do sistema Economática. Através dos cálculos dos índices certificou-se que os mesmos apresentaram uma evolução negativa, ou seja uma queda dos índices no decorrer de todos os períodos analisados, o que econômico e financeiramente não é favorável para a empresa. O retorno das ações se comportou da mesma maneira, apresentando queda dentro dos mesmo períodos, o que mostra que existe a relação esperada entre os índices analisados e o retorno das ações, pois os mesmos apresentaram uma mesma tendência, neste caso de queda.

Palavras-chave: Demonstrativos Contábeis. Situação Econômico-Financeira. Análise por meio de Índices. Retorno das Ações.

PLANO DE NEGÓCIO – A VIABILIDADE DA ABERTURA DE UM ESCRITÓRIO NA CONTABILIDADE NA CIDADE DE ANÁPOLIS - GO

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Gesiel dos Santos Carvalho; Guilherme de Sousa Garcia
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A busca por informações relevantes e a obtenção de conhecimentos decisivos sobre as etapas iniciais da viabilidade da abertura de um negócio seja ele qual for, eleva

consideravelmente a probabilidade de sucesso desse empreendimento. Onde no entanto vários profissionais da área contábil demonstram a vontade de abrir seu próprio escritório, pois esta pesquisa tem o objetivo geral a verificação da viabilidade econômico-financeira da abertura de um escritório de contabilidade na cidade de Anápolis-GO, mediante a elaboração de um plano de negócio. Nesse presente estudo foram utilizados métodos bibliográficos que buscaram dar embasamento através de conceitos finalidades, além de enfatiza pontos relevantes ao empreendedorismo e aos instrumentos utilizados nesta pesquisa. Posteriormente foram desenvolvidos questionários com perguntas relevantes ao tema abordado e que foram direcionado há profissionais capacitados da área contábil de Anápolis, buscando aprofundar ainda mais nossos conhecimentos sobre esse segmento de mercado que pretendemos nos inserir. Está pesquisa apresenta diversos instrumentos utilizados para uma boa elaboração estratégica como: detalhar o plano de negócio, desenvolver plano operacionais, marketing e financeiro, fazer análises de mercado avaliando as ameaças e as oportunidade encontradas no mercado, podendo assim minimizar suas fraquezas e potencializar suas forças já identificadas e também se utilizar dos métodos de avaliação de investimentos para a verificação da viabilidade dos negócios, através do método de (play back), do cálculo do ponto de equilíbrio, valor do presente líquido e a taxa interna de retorno. Então devido a competitividade do mercado e a necessidade de uma assessoria capacitada hoje todos os empreendedores independente do seu regime tributário necessita da assessoria de um escritório de contabilidade onde conclui-se ser viável a abertura de um escritório de contabilidade na cidade de Anápolis-GO.

Palavras-chave: Viabilidade Econômica-Financeira. Plano de Negócio. Escritório de Contabilidade.

A IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO DESEMPENHO FINANCEIRO DA EMPRESAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Juliana Oliveira Braga
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Espera-se deste projeto que os profissionais da s organizações em geral, além de toda sociedade possam compreender e aplicar em seu dia a dia todas as vantagens que a Responsabilidade Social Corporativa pode proporcionar e mostrar que é possível o desenvolvimento sustentável. A globalização da economia e a conscientização da sociedade estão forçando, atualmente, as empresas a adotarem um postura responsável perante o meio ambiente, isto é produzir sem agressão à natureza. Para isto elas estão implantando um sistema de Gestão Ambiental de acordo com as normas da série ISO 14000 fazer este gerenciamento exige a aplicação de um considerável montante de recursos financeiros, devendo-se ter constante preocupação em controlá-los. Entende-se que a contabilidade é uma das ferramentas mais eficientes e eficazes para este processo. No entanto, poucas empresas, no Brasil, utilizam a contabilidade na sua gestão ambiental. Portanto, o principal objetivo da realização deste estudo é verificar qual o graus de desenvolvimento da Responsabilidade Social Coorporativa nas empresas brasileiras. Após uma revisão bibliográfica sobre o tema, foi elaborada uma pesquisa nas Empresas de Capital Aberto que compõe o ISE "Índice de Sustentabilidade Empresarial".

Palavras-chave: Gerenciamento Ambiental. Contabilidade. Aplicação. Empresas Brasileiras.

O SPED ICMS/IPI: SUA ESTRUTURA NO ENTEDIMENTO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Cleber Cardoso dos Santos
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: O projeto aborda como se utiliza e esclarece o funcionamento do projeto EFD no que tange a parte SPED ICMS/IPI e sua estrutura. Tem como objetivo central esclarecer e sanar dúvidas para os usuários quanto à aplicação da escrita digital, mostrando as vantagens e desvantagens do projeto. De acordo com a Receita Federal, a Escrituração Fiscal Digital foi instituída pelo Convênio ICMS 143, o mesmo representa a apresentação de vários documentos fiscais entre outras informações de importância do Fisco. Instituições obrigadas a aderirem ao projeto são aquelas sujeitos à tributação do imposto de renda com base no lucro real. Tendo como objetivo central de minimizar e auxiliar no processamento, validação e entendimento dos dados gerados pelos contribuintes. Para os órgãos fiscalizadores o ganho foi enorme, pois reduziram tempo e custos, os quais eram alto com dispêndios de processos fiscalizatórios, melhorando a qualidade, atribuindo assim seus custos para as empresas, facilitando o acesso e o cruzamento das informações entre as Administrações Fazendárias Federal, Estadual e Municipal. A tecnologia da informação deu ao fisco e as empresas a possibilidade que o os dados e informações disponibilizados em tempo real. Sendo assim pode se notar um ganho em produtividade, rapidez, segurança e confiabilidade nas informações, e consequentemente a melhoria da qualidade dos serviços, uma fácil acessibilidade às informações e a emissão de relatórios.

Palavras-chave: SPED FISCAL ICMS/IPI. Arquivos Digital. Projetos do Fisco.

CPC 29: MENSURAÇÃO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS NAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Amanda Stefane Ferreira Sales; Maria José Alves Oliveira
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Com o advento do Brasil em aceitar as Normas internacionais de contabilidades IFRS (International Financial Reporting Standard), e com as mudanças da Lei 6.404 76 nos anos de 2007 e 2009. O Brasil torna signatário, isto facilita no mundo dos negócios a padronização das normas contábeis de acordo com as IFRS que no Brasil foram traduzidas e tratadas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil). Nossa pesquisa baseia-se no CPC 29, que a partir de 2009, o animal ou planta deve ser contabilizado como ativo biológico e somente após a sua transformação biológica é que deve ser transferido para a conta de estoques de produtos acabados. A partir desta norma contábil, os ativos biológicos de uma empresa agrícola devem ser mensurados contabilmente pelo seu Valor Justo (Fair Value), subtraído dos custos estimados para venda, desde a sua fase de transformação até a colheita

e/ou abate. As analises dos agronegócios no Brasil por ser familiar enfrenta ate os dias atuais muitas dificuldades, em mensurar, chegar a valor justo, criar um modelo com premissas, pois muitas variáveis podem inclusive influenciar no valor justo, ou na mensuração, como exemplo o clima. A análise será baseada na coleta de dados publicados por empresas listadas na BM&FBOVESPA, check list de suas notas explicativas, verificando as conformidades com o CPC 29.

Palavras-chave: Ativo Biológico. Valor Justo. Mensuração.

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Anaélcio de Olveira Filho
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: O presente estudo tem por finalidade compreender as funções de desempenho fornecido pela contabilidade gerencial no processo de gestão empresarial. Intui interpretar a interação que envolve a contabilidade e os gestores, bem como os procedimentos e estruturas que são executados de forma adequada, que possam minimizar os ricos inerentes as tomadas de decisões e escolhas de planejamento. Por meio desta pesquisa teórica, pode-se apontar técnicas de identificar melhorias continuas no processo processos de organização e controle, fazendo uso de ferramentas da contabilidade gerencial. O resulto mais importante do estudo é apresentar esse ferramental capaz de analisar, fatos e atos ocorridos no ambiente interno da companhia. Medindo-se a performance e avaliando os impactos de erários financeiros nas tomadas de decisões, dispondo o estabelecimento de padrões que podem solucionar problemas de planejamento e gestão.

Palavras-chave: Gestão Gerencial. Controle de Gestão. Planejamento de Gestão.

ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS NO SETOR DE BELEZA

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Laila Cristielly de Souza Silva; Maria Luiza Borges Pereira
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A presente pesquisa tem o intuito de verificar a viabilidade da abertura de uma empresa no setor de beleza em Goianápolis. O objetivo é avaliar seus pontos fortes e pontos fracos, ameaças e oportunidades através de ferramentas de gestão que possibilitam uma maior visão do seu empreendimento, tais como: Plano de Negócios, análise SWOT, avaliação estratégica, plano de marketing, plano financeiro e plano operacional. Através da projeção de fluxo de caixa,DRE(Demonstração do Resultado do Exercício), Ponto de Equilíbrio, Payback, Valor Presente e TIR(Taxa interna de retorno) de 67,08% a.a., com taxa mínima de atratividade de 25% a.a., conclui-se que a abertura do empreendimento é viável.

Palavras-chave: Plano de Negócios. Avaliação Estratégica. Análise SWOT.

PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DO 8º PERÍODO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Evonete Almeida Reis
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Ética é um tema de necessária importância no contexto acadêmico, pois interferi no campo profissional e dos negócios. Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar a percepção de um grupo de estudantes do curso de ciências contábeis de um instituição privada de ensino acerca da necessidade do estudo da disciplina ética na contabilidade a amostra foi analisada por 30 alunos que reconhecem a disciplina ética na sua carreira profissional foi possível constar, que os alunos tem conhecimento sobre a ética e de sua importância para o convívio social, profissional e para tomada de decisão.

Palavras-chave: Ética. Contabilidade. Percepção. Alunos.

PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL EM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DA REDESIM

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Fernando César Gonçalves da Silva; Wallace Alves Borges
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A Rede Nacional para Simplificação de Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação desburocratização e integração do processo de abertura, alteração, fechamento e legalização de empresários e de pessoas jurídicas. Atualmente, o sistema implantado está vinculado à Receita Federal do Brasil (RFB), Secretária de Estado da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO) e em alguns Municípios do Estado de Goiás por meio da Prefeitura e suas Secretarias Municipais. Com a finalidade de averiguar se após a implantação a redesim realmente tornou o sistema menos burocrático e facilitador na percepção dos profissionais da JUCEG/GO e contábeis, por se tratar de uma pesquisa quantitativa foi elaborado e aplicado um questionário que avalia a percepção desses profissionais. Os resultados obtidos mostram que para esses profissionais a redesim não se trata apenas de um programa, mas de uma ferramenta facilitadora que nos órgãos vinculados agiliza, simplifica e reduz o excesso de burocracia.

Palavras-chave: REDESIM. Simplificação e Desburocratização.

MERCADO DE CAPITAIS:
RETORNO ACIONÁRIO E INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS SOBRE AS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CELULOSE E PAPEL

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Hodirlon Sousa dos Santos; Petterson da Silva Rodrigues
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Diante das incertezas da economia brasileira nos últimos anos, se dá a importância de estudar o campo empresarial. As mudanças na tecnologia e a competitividade das empresas em busca de se manterem no mercado é uma das razões que deu origem a esta pesquisa. No que se apura em sínteses deste trabalho se revela a importância que se tem as demonstrações financeira para a mensuração do patrimônio, como medida de controle interno. São inúmeras as informações contidas dentro dos relatórios contábeis, que são de interesse de diversos usuários da contabilidade com seus perfis variados, por isso, procurou-se entender os principais demonstrativos para que se chegasse aos fins esperados de avaliação dos indicadores econômico, tanto para usuários interno, quanto para o externo. Contudo, foi coletado documentos informativos que comprove as receitas e a estrutura do patrimônio das empresas de papel e celulose. A análises das empresas Fibria, Klabin e Suzano, se deu pelos índices de retomo e rentabilidade. Evidenciando os resultados da liquidez seca, liquidez corrente, liquidez geral, além de ROE e ROA. Pelos indicadores de retorno, pôde-se identificar os períodos que seus ganhos foram mais vantajosos. Em comparação dos indicadores financeiros, se notou que tem uma diferenciação de resultado entre um e outro aplicado, cabendo as empresas selecionar e usar o que lhe é melhor em seu setor empresarial.

Palavras-chave: Demonstração Financeira. Indicador Econômico. Retorno de Ações.

CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS EM INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS EM ANÁPOLIS-GO

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Jaqueline Gomes da Costa Teles; Laisa Bastos Alves
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A prestação de contas é um requisito mínimo que todas as entidades necessitam obter, todavia através da transparência, constitui uma boa imagem perante a comunidade e credibilidade com seus parceiros. O presente estudo objetiva verificar se a disposição de doadores aumenta quando a instituição tem uma prestação de conta elaborada. Nesse sentido verificamos a Igreja Presbiteriana, localizada em Anápolis/GO. E a Província do Santíssimo Nome de Jesus localizada em Anápolis/GO. Especificamente, este trabalho visa a saber se a accountability está sendo exercida em ambas instituições, bem como conhecer os meios utilizados para a prestação de contas, avaliar a percepção dos fieis em relação ao processo de transparência da igreja e analisar se existe a aplicação da contabilidade para o auxílio do processo de transparência financeira. As informações coletadas condicionam inferir que a igreja atua com transparência em suas finanças, sendo que os fiéis, doadores de recursos,

percebem a existência de uma boa prestação de contas e acham que os recursos estão sendo bem empregados.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Transparência. Entidade Religiosa. Accountability.

A UTILIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO NO PERÍODO DE CRISE

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Jéssica dos Santos Correia Ribeiro; Rithyelle Tais Silva
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de analisarcomo o microcrédito tem sido considerado uma boa alternativa para pessoas desempregadas que querem montar o próprio negócio, buscando uma forma de não ficar fora do mercado de trabalho e tendo uma renda própria através do empréstimo.O empréstimo. objetivo é mostrar que mesmo em período de crise os Micros empreendedores optam pelo microcrédito por ser um credito dito simples sem burocracia e tendo a orientação financeira de um agente de credito o para o crescimento de sua atividade produtiva.
Na pesquisa buscou-se, se, além da pesquisa de campo e fundamentos teóricos, o levantamento de dados feito por meio de questionários aplicados a 52 clientes da empresa CEAPE-GO. Diante dos dados apurados no decorrer do estudo e pesquisa, observou-se que o microcrédito contribui para a ascensão socioeconômica dos empreendedores atendidos pelo CEAPE-GO, o que seria muito positivo para os mesmos e para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Microcrédito. Micro Empreendedor. Empréstimo. Empreendedorismo.

MERCADO DE CAPITAIS: DESEMPENHO DOS BANCOS NA CRISE FINANCEIRA

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Jessica Pereira Cardoso
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Este trabalho, visa por meio do funcionamento do mercado de capitais, identificar o desempenho dos bancos, em um período anterior e durante a crise de 2009 a 2016, com objetivo de estudar os efeitos da crise sobre as demonstrações contábeis dos bancos. Tendo como método, a análise do retorno das ações dos bancos, e análise de indicadores financeiros, sendo de liquidez, endividamento e rentabilidade. Através dos resultados foi possível, observar que os bancos tiveram um impacto positivo, sendo este um resultado adverso em relação aos outros setores da economia do País. Foi possível observar também que os bancos, obtiveram um aumento significativo de seus lucros e do Patrimônio Líquido, porém houve períodos em que os bancos registraram queda no seu retorno por conta de informações relevantes sobre a crise no País, demonstrando a eficiência do mercado, em fazer com que os preços venham a refletir seus valores as informações disponíveis.

Palavras-chave: Crise Financeira. Bancos. Eficiência do Mercado.

A EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Juliana de Oliveira Marques; Thalyta de Brito
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A presente pesquisa tem o intuito de mostrar a expectativa dos alunos do curso de Ciências Contábeis em relação ao mercados de trabalho. O objetivo é demonstrar o perfil dos alunos, o nível de satisfação com a profissão, o intento profissional a introduzir-se no mercado de trabalho e o que motivou a escolha do curso. Para isso torna-se necessário identificar os aspectos em relação à formação profissional e a expectativa do futuro profissional. Na pesquisa buscou-se, além dos fundamentos teóricos, o levantamento de dados feito por meio de questionário aplicado a 38 alunos
do curso em questão. Com isso percebeu-se então a necessidade de uma especialização e da formação continuada, pois o mercado encontra-se em constante evolução e modificações.

Palavras-chave: Satisfação. Contabilidade. Expectativa. Mercado de Trabalho.

ANÁLISE DA VIABILIDADE FINANCEIRA DO PLANTIO DA SERINGUEIRA EM GOIANÉSIA-GO

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Marcos Fernandes da Cunha; José Carlos de Mendonça
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A presente pesquisa procura evidenciar por intermédio de análise de negócio, a viabilidade financeira do plantio da seringueira em Goianésia-GO. Para o estudo foi feito uma verificação bibliográfica e exploratório de conteúdo que pudesse servir de base na interpretação para se investir nesta área da econômica vegetal. Foi analisado outras pesquisas que discorreram sobre o assunto, bem como utilizado aplicado parte dessas pesquisas anteriores para dar direcionamento mais consistente por outros autores que também tiveram interesse neste tema. O custo benefício foi um dos requisitos encontrado para saber se é viável ou não tornar desse ramo um empreendimento lucrativo. O cenário econômico e as leis da economia como a oferta e a procura foram conceitualmente entendidas para se encontrar se há oportunidades em tornar esse negócio prático.

Palavras-chave: Hevea Brasiliensis. Seringueira. Viabilidade Econômica.

A PERCEPÇÃO DO ALUNO DE CONTÁBEIS SOBRE O EXAME DE SUFICIÊNCIA

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Aline Furtando da Silva; Maria Marliane Barbosa Mendes
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: Ao nota-se o tamanho que dá importância que o setor contável pois vê-se a necessidade de uma educação que possa suprir toda a necessidade que o mesmo apresenta. Em função do que se foi relatado antes a pesquisa informa sobre a situação da Contabilidade no Brasil, onde no decorrer do trabalho será informado sobre desde o surgimento até os dias atuais, quais são as expectativas dos acadêmicos, e ainda se trata do assunto sobre a regulamentação legislativa. Ao afinal quando se é apresentado o resultado dos questionários é notório que os acadêmicos optam, mas pelas atividades profissionais que acadêmica.

Palavras-chave: Educação Contábil. Resultado. Teste. Regulamentação.

APLICAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL NOS SERVIÇOS DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE COCALZINHO DE GOIÁS ENTRE 2013 E 2016

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Natacha Karolinne Barbosa dos Santos
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: O presente estudo teve como objetivo verificar se o município de Cocalzinho de Goiás, entre 2013 e 2016, atendeu aos critérios estabelecidos pela Lei Complementar 141/2012 na saúde pública, analisando se o mesmo atingiu o percentual mínimo de recursos exigidos, se ouve mais despesas com ASPS ou com outras despesas da saúde não computadas para tal fim, se há mais contribuição de tributos municipais ou de transferências constitucionais e legais provenientes dos outros entes federativos e, ainda, uma breve averiguação dos resultados obtidos no RAG. Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, para proporcionar um maior entendimento do assunto tratado. As informações utilizadas para responder os objetivos propostos foram extraídas do SIOPS, TCM e SARGSUS, todos disponíveis em sites eletrônicos, através de uma pesquisa documental e sua análise foi realizada por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa. Com isso, o estudo atingiu seus objetivos e constatou que o percentual mínimo aplicado em ASPS do referido município, durante o período considerado, foi superior ao exigido, porém ainda não é suficiente para suprir as necessidades da população, os maiores dispêndios é com despesas não consideradas como ASPS e as maiores contribuições são provenientes da União.

Palavras-chave: Planejamento e Financiamento da Saúde. Sistema Único de Saúde. Lei Complementar 141.

ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE

RESIDENCIAL ENQUADRADO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA - GOIÁS

Ano: 2017
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Vitória da Mata de Souza
Orientador(a): Bianca Fellet

Resumo: A análise financeira é um estudo de levantamento de dados que consiste em relações diversas, através da decomposição de elementos, com o objetivo de conhecer a situação da empresa de uma administração sobre determinado ponto de vista, esse estudo sobre a viabilidade financeira dá suporte às decisões de investimentos, serão feitas com métodos e critérios que demonstrem os retornos sobre os investimentos, considerando os riscos assumidos. O objetivo desse artigo é apresentar de forma ordenada e didática as técnicas de análise de viabilidade de investimentos na tomada de decisão e como são fundamentados os meios de análise e a demonstração da viabilidade, demonstrado através das análises de viabilidade na construção da unidade residência. Foi utilizado o método indutivo, e uma pesquisa exploratória e bibliográfica baseada nas contribuições de diversos autores sobre o assunto em questão, por meio de consulta a livros e artigos, além de pesquisa de documental com a finalidade de verificar as vantagens e desvantagens no cotidiano dos construtores, com intuito de obter a análise de viabilidade financeira dessa construção residencial enquadrada no Programa Minha Casa Minha Vida.

Palavras-chave: Análise. Viabilidade. Investimento. Imobiliário.

Direito - 2017

DELAÇÃO PREMIADA E SEUS ASPECTOS PENAIS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Priscilla Silva Teles
Orientador(a): Roldão Izael Cassimiro

Resumo: O objetivo do presente estudo foi analisar o instituto da delação premiada no ordenamento brasileiro, particularmente seus aspectos penais. Foram abordados no decorrer do estudo o crescimento do crime organizado no Brasil e a importância da delação premiada como forma extermínio da criminalidade. Analisamos também a constitucionalidade da delação com seu reconhecimento pelos tribunais, o respeito aos princípios e a necessidade desse importante instituto para solucionar os casos que abarrotam o judiciário, demonstrando que apesar de diversas críticas ao longo dos anos ela vem se mostrando eficaz no nosso ordenamento. Este estudo propõe uma reflexão sobre os aspectos mais relevantes do instituto diante de tantas controvérsias sobre sua eficácia.

Palavras-chave: Delação Premiada. Crime Organizado e Eficácia.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Wagner Vargas Silva
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: Incorporado o Pacto de São José da Costa Rica, e Tratado Internacional de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro, vieram em seu contexto à necessidade de apresentação imediata de pessoa presa à autoridade judiciária competente.
Através da Resolução nº 213/2015 do CNJ, a fim de dar cumprimento ao disposto nos tratados internacionais de Direitos Humanos adotados pelo Brasil, foi criada a audiência de custódia, a qual não foi totalmente aceita pelos magistrados, tendo sua sido legalidade questiona perante às Cortes superiores.
Pelo Supremo Tribunal Federal foi concedido que os tratados internacionais de Direitos Humanos adotados pelo Brasil antes da Constituição Federal de 1988 possuem status supra legal, tornando constitucional a realização da audiência de custódia, considerando que o CNJ não legislou ao determinar a realização da mesma, e sim apenas deu andamento ao procedimento que já deveria ter sido adotado pelo poder judiciário.
A realização da audiência de custódias garante ao juiz uma oportunidade mais realista de decisão, considerando a comunicação direta com o autuado, garantido-lhe ainda os seus direitos constitucionais, evitando a prática de crime de tortura, maus tratos, e abusos de autoridade.
Os reflexos gerados pela realização da audiência de custódia podem ser observados de forma clara, tendo em vista o desencarceramento gerado, considerando que houve considerável aumento de casos de liberdade provisória, houve também aumento de ofícios determinando investigação por possíveis práticas de crimes de tortura, maus tratos e abuso de autoridade, levando em consideração as queixas prestadas pelo autuado diretamente à autoridade judiciária durante o ato da realização da audiência de custódia.

Palavras-chave: Audiência de Custódia. Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica. Tratado Internacional de Direitos Civis e Políticos.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Gabriela Araújo dos Santos
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo o crescimento do estupro de menor de 14 anos no nosso país sendo que muitas das vezes essa pratica é cometida no seio familiar. A lei,

nesse sentido, consubstanciou-se no meio mais adequado para salvaguardar os interesses dos menores de 14 anos e daqueles que em virtude de ausência de discernimento sobre suas faculdades, encontram-se incapacitados de expressar vontade quanto ao ato libidinoso. Ocorre que tal evento não finalizou as divergências existentes entre a doutrina e a jurisprudência sobre a presunção de violência no crime de Estupro de Vulnerável. Quanto ao disposto no art. 217-A,§ 1º do Código Penal, as divergências parecem sanadas, vez que existem fatores concretos justamente expressos nesse parágrafo. Há um grupo definido, com critérios mais objetivos para a sua composição, nos quais se avalia a incapacidade psicopatológica do sujeito passivo em relação ao agente do crime. A grande contenda existe sobre a presunção de violência contra os menores de 14 anos, tendo em vista utilização de critério puramente biológico para a conclusão da vulnerabilidade. Certamente, vale desvendar algumas informações sobre o tema, alicerça com um estudo mais escavado acerca das condições das supostas vítimas desse delito. A motivação pela escolha deste tema está no fato de que são crimes terríveis e que deixam sequelas permanentes para suas vítimas crianças ou adultos com necessidade especiais, violando também a dignidade humana. Cotidianamente são publicadas reportagens nas mais diversas mídias ao denunciar casos recorrentes de violência sexual contra crianças, causando enorme indignação. Esse desrespeito à dignidade da pessoa humana transforma o ser humano em mero objeto de prazer e luxúria e a criança a sua inocência. Todos os anos milhares de crianças e adolescentes sofrem todas as espécies de abusos sexuais por desconhecidos, por professores, vizinhos, padres, pastores e em especial por seus familiares mais íntimos, como irmão e mesmo seus pais.

Palavras-chave: Vulnerável. Estupro. Relativização. Criança. Violência. Sexuais.

A RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE ESCOLARIDADE E A REINCIDÊNCIA NO SISTEMA PENAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Alex Fernando Rodrigues
Orientador(a): Roldão Izael Cassimiro

Resumo: Neste trabalho de conclusão tem como objetivo observar a relação entre o grau de escolaridade e a reincidência no sistema penal, observando numa análise bibliográfica dos principais autores que tratam do assunto, bem como os relatórios de órgãos internacionais de diversos países.

O desenvolvimento de um país é diretamente proporcional á educação do seu povo. Da saúde pública aos representantes do povo, tudo depende de uma população instruída.

Eleitores incapazes de discernir entre os papeis do município, estado ou governo federal, ou mesmo o que faz cada um dos três poderes, consumidores lesados e que não conhecem seus direitos, mão de obra caríssima, seja em uma consulta pública ou uma planta da construção civil. A falta de uma educação de qualidade afeta o mercado de trabalho, nos deixando as margens do mundo desenvolvido, uma vez que o custo e a qualidade da mão de obra escassa

no país refletem na qualidade e no custo de tudo o que é produzido no país.
A metodologia a ser utilizada no trabalho monográfico será o de compilação, que consiste na exposição do pensamento da vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. Desenvolver-se-á uma pesquisa bibliográfica utilizando-se como apoio e base contribuições de diversos autores sobre o assunto em questão, por meio de consulta a lucros periódicos e relatórios estatísticos.
Ao final procuraremos mostrar de forma clara e relação entre o grau de escolaridade e a reincidência criminal no Brasil, e o caminho que a educação percorre até produzir uma sociedade sem reincidência criminal.

Palavras-chave: Sistema Penal. Escolaridade. Reincidência.

CONTRATOS BANCÁRIOS: UMA RELAÇÃO DE NEGÓCIOS OU DE CONSUMO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Pâmella Sauder de Oliveira Peres
Orientador(a): Jefferson Luiz Maleski

Resumo: O presente trabalho de curso tem por objetivo abordar sobre a origem história dos contratos, e a sua conceituação até chegar aos contratos bancários, passando pelas definições de consumidor e fornecedor inseridos na relação consumista e como esta se caracteriza. Desta forma, poderão ser analisadas a aplicabilidade do Direito do Consumidor ou do Direito dos Contratos nos contratos bancários. O problema se dá no uso de direitos adquiridos e aplicáveis aos componentes existentes ao se firma um contrato bancário, buscando indicações se o mesmo se caracteriza como uma relação negocial ou consumista. Buscou-se para tanto, entendimentos doutrinários, jurisprudenciais e legais, para se esclarecer a aplicabilidade da norma consumista aos contratos bancários.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Direito Contratual. Contratos Bancários.

AÇÃO POPULAR CONSTITUCIONAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Rênyta Keury Sousa Passos
Orientador(a): Jefferson Luis Maleski

Resumo: A improbidade administrativa na gestão das coisa públicas sempre foi um problema. Há algumas maneiras de evitar tais comportamentos, sejam elas preventivas ou repressivas, dentre elas, este trabalho escolheu analisar a ação popular constitucional que inclusive atua em ambas as vertentes. O instituto chamou a atenção por ser de uso destinados a qualquer cidadão e poder ser utilizado em muitas situações geradas pela administração

pública. A ação popular é um instrumento democrático que pode ser usado no combate ao ato ilegal e lesivo ao patrimônio público. A presente pesquisa buscou desenvolver um estudo sobre a ação popular e observar a sua relevância para a sociedade. Para isto, foram realizadas consultas em doutrinas, leis, julgados e artigos da internet, chegando-se a conclusão de sua importância e a alguns pontos positivos e negativos na sua utilização.

Palavras-chave: Ação Popular. Patrimônio Público. Cidadania.

DELAÇÃO PREMIADA NA OPERAÇÃO LAVA-JATO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Ibraim Sales Magalhães Junior
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: O desenvolvimento no trabalho é a figura jurídica do Instituto da Delação Premiada aplicado na Operação Lava-Jato, cujo objetivo é levantar uma discussão sobre a eficácia e a importância das delações na operação Lava-Jato. O estudo utilizou como recursos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica e os resultados alcançados foram dispostos nos seguintes tópicos: Foi feito uma análise conceitual e histórica, abrangendo a normas que recepcionaram esse instituto no ordenamento jurídico brasileiro; as criticas de alguns autores sobre seu uso e um estudo de alguma delações ocorridas na Operação Lava-Jato e sua importância para desvendar um esquema criminoso de corrupção. Conclui-se que este estudo possibilitou um maior entendimento da Delação Premiada e sua importância como meio de provas.

Palavras-chave: Delação Premiada. Operação Lava-Jato. Eficácia e Importância.

ALIMENTO GRAVÍDICOS E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO AO SUPOSTO PAI

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Jhulianne Cristian da Silva Feitosa
Orientador(a): Jefferson Luiz Maleski

Resumo: A lei dos Alimentos Gravídicos de nº 11.804 de 05 de novembro de 2008 trata acerca de um tipo de pensão alimentícia que é destinada à mulher gestante com a finalidade de suprir as despesas inerentes à gestação. Para que o juiz fixe os alimentos gravídicos basta apenas que a gestante desmonte indícios de paternidade, isso porque o exame pericial para a constatação da paternidade só poderá ser feito após o nascimento da criança. Daí surge a preocupação quanto à solução jurídica do homem apontado como suposto pai em caso de negativa de paternidade. A lei dos alimentos gravídicos não é clara quanto à

responsabilização da gestante que age com o dolo, porém para cobrir a lacuna da referida usamos o Código de Processo Civil para que o homem que fora lesado tenha a efetiva reparação dos danos causados.

Palavras-chave: Lei dos Alimentos Gravídicos. Lei nº 11.804/2008. Indenização. Responsabilização Civil da Genitora.

EXCLUDENTES DE ILICITUDE

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Regis Dias
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo de esclarecer as excludentes de ilicitude, que torna licita uma conduta que outrora era considera ilícita praticada por um agente, desse modo quando praticado o fato considerado ilícito, mas porem amparado por uma das excludentes tal fato, não mais será considerado como um ilícito penal. As excludentes de ilicitude estão descritas e tratadas nos artigos 23, 24 e 25, do então Código Penal Brasileiro. São elas: Estado de Necessidade, Legítima Defesa, Estrito Cumprimento de um dever Legal, Exercício Regular de um Direito. Como consequência a extinção do crime ou a sua diminuição da pena. O trabalho também analisa a Teoria Conglobante de Zafforoni, relação com as causas de exclusão, bem como o princípio da Insignificância do Direito Penal como causa de justificação. Podemos dizer em uma breve síntese da teoria Conglobante, que haverá um esvaziamento das excludentes pois nem fato típico haveria de ser qualificado no caso concreto, pois segunda sua visão o Estado não pode proibir uma conduta considerada como crime e em outro momento permitir a mesma conduta, desconsiderando com crime. O trabalho trará o conceito e a evolução das excludentes ao longo dos anos e a forma de aplicabilidade em nosso ordenamento brasileiro.

Palavras-chave: Excludentes da Ilicitude. Exclusão. Teoria Conglobante de Zaffaroni. Princípio da Insignificância.

COMÉRCIO ELETRÔNICO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Hyara Rodrigues de Castro
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: O objetivo deste trabalho e analisar a responsabilidade civil nos contratos que foram feitos eletronicamente, assim tendo como base do estudo os ordenamentos jurídicos que são serão desenvolvidos em cada capítulo, a relação de consumo, como conceito, evolução

histórica, e os elementos, depois entenderemos o que é a internet, elas fornecem nos contratos que são feitos por comercio eletrônico, e ainda mencionando a responsabilidade civil objetiva no comercio eletrônico, falando sobre a legislação aplicável nestes casos e o posicionamento do tribunais. Para que o mesmo se pautasse do êxito esperado, adotou-se a pesquisa bibliográfica, com o fim de expressar claramente o tema.

Palavras-chave: Relação de Consumo Virtual. Responsabilidade Civil. Contratos Eletrônicos.

A ADOÇÃO HOMOPARENTAL E [IM] POSSIBILIDADES JURÍDICAS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Marley Leite de Bessa
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: O presente trabalho de curso tem como objetivo demonstrar as transformações e a construção da família contemporânea através das mudanças sociais e legislativas e, consequentemente, a possibilidade de adoção por casais homossexuais. Para tanto, será feita uma breve análise das mudanças ocorridas na instituição familiar e na legislação em torno da temática até os dias atuais, além disto, faremos uma discussão a respeito da discriminação e do preconceito que vigora na sociedade, impondo eventuais limitações ao direito á paternidade/maternidade por casais homossexuais na perspectiva da possibilidade e impossibilidade jurídica. A emergência de configurações familiares formadas por pais/mães homossexuais acarreta novas demandas no campo social, cultural e legal e a necessidade de enfrentamento da temática em campos específicos de estudo como Sociologia, Antropologia, Direito e Psicologia. Contudo, apesar dessa situação, a literatura no país tem sido relativamente silenciosa em como esses casais constroem um projeto de parentalidade.

Palavras-chave:Homoparental. Adoção. (Im) Possibilidade.

PENA DE PRISÃO – COLAPSO ATUAL E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Alex Silva Batista
Orientador(a): Alexandre Corrêa Albino da Silva

Resumo: A finalidade do presente trabalho foi analisar, de uma forma geral, a atual execução das penas privativas de liberdade à luz da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal), demonstrando as principais dificuldades encontradas durante a execução da pena, bem como, procurando, com o estudo das principais doutrinas específicas da atualidade, apontar algumas possíveis soluções para este mal que impede que o Estado possa alcançar os fins

primários da pena.

Palavras-chave: Função da Pena. Penas Privativas de Liberdade. Regimes Fechado. Execução. Colapso Atual. Soluções alternativas.

EMPREGADOS DOMÉSTICOS E OS REFLEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2015

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Marilene de Fátima Sousa de Abreu
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: A categoria do empregado doméstico é peculiar e diferenciada em relação às demais classes de trabalhadores brasileiros, dessa forma sempre recebeu um tratamento desigual no ordenamento jurídico pátrio, para esse grupo de trabalhadores tal distinção acarretou significativa exclusão e discriminação. Com a conceituação da figura sócio jurídica do empregado doméstico e com a análise da evolução histórica dos seus direitos trabalhistas, o presente trabalho busca apontar o sentido e o alcance da Emenda Constitucional 72/2013 no sentido da efetiva abolição da discriminação e tratamento desigual para com esta classe, destacando ainda o projeto de lei regulamentador desta emenda. Este trabalho é o resultado de um estudo detalhado da Lei nº 150/2015, mais especificadamente sobre o Horário de Trabalho do Funcionário Doméstico. Também, devido ao importante papel que representa no âmbito internacional, se fez necessário mencionar a Organização Internacional do Trabalho – OIT e seu alcance. Outro ponto que se buscou esclarecer foi sobre a existência de Órgão que representam a classe de trabalhadores domésticos no Brasil, e o grau de relevância da referida representatividade. Na sequência, adentrou-se no temário "Jornada de Trabalho", cuja tratativa principal é voltada para o reconhecimento de uma jornada mais digna à mencionada classe de obreiros domésticos, que há muito vinha segregada deste direito, e que se vê amparada legalmente. De igual forma, se buscou entender como se dá o controle da jornada de trabalho da categoria, dificuldade enfrentada por muitos empregadores de hoje, haja vista o local de trabalho trata-se, em verdade, da residência deste último, que por sua vez, raramente está no seu âmbito residencial quando da chegada ou saída do trabalhador contratado. Durante as pesquisa, percebeu-se a dificuldade dos empregadores domésticos no controle da jornada de trabalho pactuada, no preenchimento da folha ou cartão de ponto, bem como, na sua fiscalização e eficácia. No desenvolvimento deste trabalho, procurou-se considerar que, em muitas relações de trabalho doméstico, ainda é comum o acordo verbal, sem uma forma de controle escrita; o que não se aconselha. Para um entendimento mais eficaz sobre o tema, assim como se buscou estudar a parte histórica e legal, desde os primórdios aos dias atuais, tendo como base principal a referida Lei nº 150/2015, também se buscou outros meios de pesquisa, dentre os quais, o entendimento doutrinário nas obras de Mauricio Godinho Delgado, e Sergio Pinto Martins. Como resultado dessa minuciosa busca permitiu-se refletir quão importante foi o advento da Lei nº 150/2015, outro marco histórico na relação empregador e empregado doméstico que, por anos a fio, esteve órfã de amparo

legal. Assim, diante de um cenário que varia entre o sofrer e o regozijo dos obreiros domésticos, procurou-se manter uma coerência entre o passado das Leis esparsas e presente das muitas conquistas.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico. Emenda Constitucional 72. Evolução. Lei Complementar nº 150/2015.

O SUPERENDIVIDAMENTO NOS CONTRATOS BANCÁRIOS E O SEUS REFLEXOS PSICOLÓGICOS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Luiz Augusto Cardoso Batista
Orientador(a): Roldão Izael Cassimiro

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a demonstração do Superendividamento, e, apresentar medidas preventivas e resolutivas para tal problema, buscando a volta do consumidor superendividado para a sociedade e para o mercado, tendo em vista o tamanho da consequências que enfrentam esses indivíduos e quanto problemas sociopsicológicos se acarreta não só para o próprio consumidor mas também para toda sociedade no contexto geral, e a conscientização de todos estes consumidores do quanto são vítimas da propaganda abusiva e da mídia que geram nas mesmas falsas necessidades, e de tantos contratos obscuros que na maioria das vezes são omissivos, induzindo os consumidores ao consumo do crédito compulsivo, por se tratar de algo que inicialmente mostra se algo tão vantajoso e fácil. O tema supracitado desta pesquisa: O Superendividamento nos contratos Bancários e seus reflexos sociais, necessita de uma observação especial, enfatizando busca de algumas explicações da decorrência das relações desse tipo de contrato.
Surge o despertar para o interesse de uma abordagem mais aprofundada, na medida em que, o assunto gera polêmica e grandes divergências.

No direito, formam a base de relações interpessoais que constituem una sociedade organizada. Messe liame, é importante haver diretrizes necessárias diante das relações de consumo entre bancos e pessoas, adaptando se as evoluções da sociedade e do bons costumes, e defesa do patrimônio.

Palavras-chave: Consumidor. Superendividamento. Contrato bancário. Reflexos Psicológicos.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Ana Carolina Gontijo Sousa
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: É inacreditável como a violência de menores infratores vem aumentando a cada dia mais no Brasil. São crimes, até mesmo, inacreditáveis praticados por esses menores, desde os sequestros, roubos, assassinatos e, até mesmo tráfico de entorpecentes. Com esses crimes, vem ganhando cada dia mais a discussão sobre a redução da maioridade penal no Brasil, são várias opiniões e críticas, tanto a favor como também contra essa redução da maioridade penal. A maioridade penal hoje é fixada em dezoito anos de idade, sendo, portanto, já responsabilizado por crimes que cometer. Se o menor de dezoito anos comete uma conduta dotada como crime, ele responderá por ato infracional, utilizando-se assim, outras medidas, como as medidas socioeducativas, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, trata-se de uma responsabilização especial, que não tem natureza penal, e, sim, educacional. A Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA prevê em seu artigo 121, inciso VI, o período máximo de internação será de três anos, que se pode dizer a "a pena mais gravosa", não poderá exceder esse tempo. Por fim, resta inegável que o Estatuto da Criança e do Adolescente é generoso por demais, o índice de crescimento de violência entre esses menores de 12 a 18 anos. Diante disso, não podemos aceitar que esses menores infratores não sejam condenados, por, simplesmente, não terem a idade de dezoito anos. Se tiver discernimento mental completo para cometer crime, por que não podem ser condenados?

Palavras-chave: Menores Infratores. Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA. Redução da Maioridade Penal.

A APLICAÇÃO DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD) NA CIDADE DE JARAGUÁ -GO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Dianna de Melo Sabino
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: O sistema RDD – Regime disciplinar diferenciado, tem duração de 360 dias, sendo um período onde o preso fica em cela especial podendo receber visita de duas pessoas durante a semana, sendo este aplicado quando o preso representar algum perigo a ordem do estabelecimento carcerário. Sendo assim o objetivo deste trabalho monográfico foi conhecer as formas de cumprimento do regime prisional e como se dá a aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado – RDD, entendendo seu impacto na Constituição Federal em se tratando de direitos e garantias fundamentais da pessoa presa na comarca de Jaraguá. Foi adotada uma metodologia que propõe apresentar, de maneira clara e didática, um panorama das várias posições existentes adotadas pelas doutrinas, jurisprudências dos Tribunais Pátrios, assim como em artigos publicados em sítios da Internet. Pode-se concluir que o RDD vem sendo aplicado na cidade de Jaraguá, sendo este aplicado em coerência com a legislação.

Palavras-chave: RDD. Sistema Carcerário. Preso.

A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA - LEI No 11.340/06

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Andressa Lara Silva
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias

Resumo: O presente estudo científico fará uma análise acerca da Lei Maria da Penha - Lei No 11.340/06, e foi resultado de diversas pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, com o propósito de não apenas proteger a mulher, as relações de parentesco, e os entes das relações homoafetivas vítimas de violência doméstica e familiar, mas também prevenir contra futuras agressões nestes casos, e punir com rigor os devidos agressores nos casos contemplados pela Lei Maria da Penha – Lei No 11.340/06.
O presente estudo terá por objetivo demonstrar que a Lei Maria da Penha- Lei No 11.340/06 almejou prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a a mulher, as relações de parentesco, e os entes das relações homoafetivas, não por razão do sexo, mas em virtude do gênero. E neste viés, o que de fato a Lei Maria da Penha - Lei No 11.340/06 buscou foi mais do que proteger: a mulher, as relações de parentesco, e os entes das relações homoafetivas. E a necessidade de políticas públicas efetivas para proteger estes segmentos de pessoas.
Diante do exposto, e ao estudar o texto da Lei Maria da Penha - Lei No 11.340/06 evidenciam-se que se fazem necessários resguardarem os princípios da igualdade da dignidade da pessoa humana previstos constitucionalmente na CF/88 e demais regramentos legislativos com ligação direta entre as visões doutrinárias e as legislativas a respeito da Lei Maria da Penha - Lei No 11.340/06, e os segmentos contemplados pela referida lei. Sendo assim, o estudo concluirá que a Lei Maria da Penha - Lei No 11.340/06 deverá ser aplicada a mulher, as relações de parentesco, e os entes das relações homoafetivas de forma abrangente, já que ao segregar e privar tais segmentos sociais de uma proteção legal efetiva no caso da Lei Maria da Penha - Lei No 11.340/06, configuraria assim em uma modalidade de preconceito e discriminação, algo que a Lei Maria da Penha - Lei No 11.340/06 e os demais regramentos legislativos neste viés buscam combater em relação a mulher, as relações de parentesco, e os entes das relações homoafetivas no Brasil.

Palavras-chave: Legislação. Processo Penal. Constituição Federal.

Fibra FACULDADE

O IDEAL RESSOCIALIZADOR DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Lucas Nascimento Silva
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo a análise do sistema penal brasileiro com enfoque na aplicação da pena e na execução penal, com especial destaque ao ordenamento jurídico brasileiro. Partindo de uma concepção legitimadora do sistema penal, é feito o estudo das posições fundamentais sobre a finalidade da pena desenvolvidas pelas doutrinas filosófica e penal, com ênfase à finalidade de ressocialização. Seguindo o estudo, são expostos diversos argumentos contra a ideia de ressocialização como única finalidade da pena e também contra sua viabilidade como finalidade da pena no âmbito da execução penal. Por fim, analisa-se o ideal ressocializador nos institutos da Lei de Execução Penal brasileira. São

estudados os institutos da execução penal tradicionalmente ligados à ideia de ressocialização e também aqueles cujo enfoque de aplicação muda quando desprezamos tal ideia. Conclui-se o trabalho sustentando-se, em suma, que o ideal ressocializador da execução penal é incompatível com qualquer ordenamento jurídico democrático.

Palavras-chave: Ressocialização. Pena. Execução Penal.

DOS DIREITOS DOS DOMÉSTICOS DIANTE DA NOVA CONCEPÇÃO LEGAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Fernando Morais Silva
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: Este trabalho monográfico teve o objetivo geral de analisar a situação do trabalhador doméstico no cenário atual, tendo em vista as mudanças instituídas pela Lei Complementar no. 150 de 01 de junho de 2015. Os objetivos específicos foram: delinear a trajetória história dos direitos do trabalhador doméstico no Brasil em face dos direitos consagrados na CLT aos demais trabalhadores; ressaltar inovações que foram inseridas no âmbito do trabalho doméstico a partir da Lei Complementar no. 150 de 01 de junho de 2015; analisar a opinião de trabalhadores domésticos e empregadores acerca das inovações provenientes da promulgação da Lei Complementar no. 150 de 01 de junho de 2015. A pesquisa se justificou pela relevância que o conhecimento acerca da legislação trabalhista tem para a formação e a atuação do jurista. Ao se analisar a Lei Complementar no. 150 de 01 de junho de 2015 observa-se que os direitos outrora consagrados pela Carta Magna ao trabalho doméstico permaneceram e foram acrescidos de demais direitos conforme apontado no parágrafo anterior. Para a elaboração do trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica, por meio da leitura e análise de livros e artigos científicos. Utilizou-se ainda, a consulta a legislação brasileira que refere-se à temática, em especial a Lei Complementar no. 150 de 01 de junho de 2015 e a CLT,
Decreto-Lei n. 5.452 de 1o de maio de 1943. Por meio dos dados coletados foi possível evidencia o trabalhador doméstico conquistou muitos direitos com a LC n. 150/2015, contudo, o mercado de trabalho para este profissional inseriu-se em um crise se precedentes, visto que muitos empregadores passaram a optar pelos serviços de diaristas.

Palavras-chave: Trabalho. Doméstico. Direitos. Equiparação.

A LEI MARIA DA PENHA E SUA APLICABILIDADE NO CONTEXTO DE CASAIS HOMOAFETIVOS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Wanderson Vieira Caixeta
Orientador(a): Márcia Beatriz dos Santos Dias

Resumo: A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, também tratada no artigo 226, da Constituição Federal de 1988, cria um mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar, com o

objetivo de prevenir, punir e erradicar a violência. Depois dos filhos menores a mulher representa a figura mais frágil na relação familiar, visto o grande o número de mulheres que sofrem violência doméstica no Brasil e no mundo é grande. Com a determinada lei a violência torna-se visível e deixa de ser interpretada como um problema individual e passa a ser reconhecida como problema social e do Estado, que deve prever assistência, prevenção e punição para esses casos. Contudo, a família também pode ser formada por casais homossexuais que, assim como qualquer outra família, têm, problemas e desentendimentos gerando possibilidades de discussões e agressões físicas. Sabemos que nas relações homoafetiva temos a figura do homem passivo, que pode ser considerado a parte mais frágil da relação, podendo então ser equiparado a figura da mulher. Os homossexuais sempre tiveram muitas dificuldades para terem os mesmos direitos dos casais heterossexuais, pois até mesmo o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado no Brasil somente em 2004, sendo, que desde 1996, existiam projetos tramitando no Congresso Nacional. Alguns Juízes têm entendimento que as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha podem ser aplicadas em favor de qualquer vítima de violência doméstica, familiar ou de relacionamento íntimo. Este é um fato que causa bastante repercussão no meio jurídico, uma vez que com esse entendimento a referida lei antes era apenas para mulheres, começa a ser aplicada aos casais homossexuais com o fundamento que a lei existe com a finalidade social de extirpar a violência doméstica, independente da configuração familiar.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Homoafetividade. Violência. Família.

Fibra FACULDADE

O ABORTO ANENCEFÁLICO SOB ANÁLISE DOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS DOS BEBÊS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Diná Ferreira Lima Borges
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente estudo tem como tema direito à vida em confronto com o Aborto de Feto Anencefálico, objetivando apontar as divergências existentes entre o direito à vida do nascituro e o direto à saúde física e psíquica da gestante que quando mitigado vem a ofender o conceito de dignidade da pessoa humana, que também é uma garantia constitucional. E o direito à vida digna do paciente que se encontra em estado crítico e não exerce mais nenhum dos direitos que a Constituição Federal ver como dignos, exemplo, direito a saúde, lazer, cidadania, educação, etc., restando-lhe apenas o nu e cru direito à vida, se é que pode dizer que o mesmo vive. Os temas apresentados têm grande repercussão na sociedade, engloba posicionamentos do nosso ordenamento jurídico, da Ordem dos Advogados do Brasil, de organizações religiosas e do estudante acadêmico de Direito. Questiona-se se é razoável que o ordenamento jurídico permita a recusa do aborto de feto comprovadamente anencefálico, imprescindível à preservação da vida da gestante, e da recusa à eutanásia a pacientes que não se encontram mais em situações dignas por convicções de uma letra de lei imutável? A metodologia empregada para a realização desse estudo foi feita através de pesquisas bibliográficas, exame de livros, artigos, além de jurisprudências. Conclui-se que não há de se falar em sacrificar totalmente um direito em virtude do outro, porém na existência de conflito entre direitos deve-se haver um equilíbrio de valores para o alcance da melhor solução possível. Os direitos fundamentais precisam ser analisados com vistas à evolução histórica, cultural e científica, devendo o Estado adaptar-se ao progresso. Nessa perspectiva, eleva a criminalização do aborto à violação de direitos humanos fundamentais, bem como, violação

aos direitos constitucionalizados, principalmente o direito à autonomia, à vida, à saúde, liberdade sexual e o direito da autodeterminação e, por fim, analisa as principais barreiras para o alcance do direito ao aborto no Brasil. Os argumentos analisados servem como parâmetro para tentar demonstrar os entraves que precisam ser superados a fim de que o debate acerca da descriminalização do aborto no Brasil possa avançar, destacando-se o conservadorismo moral ligado às questões religiosas e históricas.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Liberdade e Vida. Aborto.

A REINCIDÊNCIA DO MENOR INFRATOR SOB ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a):Ivan Dimitri Carvalho
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer um breve estudo acerca das medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Inicialmente deve-se analisar a evolução histórica dos cuidados com as crianças e adolescentes, juntamente com os princípios norteadores da infância e juventude, para que assim se pondere os equívocos que vem ocorrendo na aplicação de tais medidas, resultando na reincidência dos infratores, gerando um número expressivo de delinquentes juvenis. É de suma importância analisar o tema em questão, visto que vem causando várias discussões entre os operados do direito. Na sequência, observará os aspectos gerais das medidas impostas ao adolescente infrator, depois, o estudo será das medidas socioeducativas em espécie, onde se analisará cada uma em suas características essenciais e abordará a reincidência da delinquência juvenil, com relação à má atuação e fiscalização da família, sociedade e Estado. Por fim, realizará um parâmetro das medidas e a relação que cada uma delas tem com a reincidência dos menores infratores.

Palavras-chave: Reincidência. Menor Infrator. Medidas Socioeducativas.

A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB A IM(POSSIBILIDADE) DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JURÍDICO-SOCIAIS.

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Jonh Monteiro de Souza
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: Este trabalho tem como objetivo demonstrar na área jurídica, os posicionamentos divergentes entre juristas e doutrinadores, com referência a questão de reduzir a maioridade penal no Brasil, que hoje é partir de 18 anos de idade. Esta análise foi elaborada através de revisão bibliográfica, em livros, códigos, periódicos, internet e outras literaturas afetas ao tema. Inicialmente fez-se necessário apresentar a evolução histórica da imputação penal na

legislação brasileira, até os dias de hoje com o Estatuto da Criança e do Adolescente. No decorrer do trabalho, constata-se que na esfera constitucional a polêmica reside na possibilidade ou não da redução da maioridade penal, por tratar-se de matéria imutável, as chamadas cláusulas pétreas, percebesse não haver consenso na questão da viabilidade jurídica constitucional do tema. Em que, constitucionalistas e juristas renomados, como Dalmo Dallari, se posicionam pela inconstitucionalidade de reduzir a maioridade penal, por ser cláusula pétrea da Constituição. Então, finalmente, pode-se considerar que, ao invés de continuar as discussões sobre a redução da maioridade penal, e de se tentar uma Emenda Constitucional, correndo o risco do Supremo Tribunal Federal considerá-la inconstitucional por ser cláusula pétrea, poder-se-ia abraçar e adotar a medida, como tentativa de corroborar na contenção da criminalidade juvenil, a alteração da lei ordinária, o Estatuto da Criança e Adolescente, com referência ao tempo de internação, que poderia ser maior, para os atos infracionais, equiparados a crimes hediondos. Caberia, contudo, também argumentar acerca de realização de plebiscito ou referendo, colocando em discussão à sociedade, propostas de alteração do tempo de internação de menores infratores que cometem crimes hediondos, desta forma poderiam ser abrandadas o sentimento de impunidade que impera na atualidade envolvendo menores infratores. Percebe-se também que, para conter a criminalidade juvenil, é necessário combater as causas, sendo um problema social, envolvendo a cobrança da sociedade, perante a responsabilidade do Estado em implantar e manter políticas públicas voltadas para os menores carentes e sua família.

Palavras-chave: Imputabilidade Penal. Redução da Maioridade Penal. Direito Constitucional

Fibra FACULDADE

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: NUMA PERSPECTIVA DE MECANISMO INIBIDOR DE INFRAÇÕES

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Karla de Oliveira Batista
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: É inacreditável como a violência em nosso país vem ganhando proporções a cada dia mais gigantescas. São crimes dos mais terríveis possíveis dentre eles sequestros, assassinatos e roubos e o que mais nos atemoriza é a figura trivial do menor na prática desses delitos. Nesse compasso, a discussão sobre a redução da maioridade penal no Brasil ganha espaço, trazendo opiniões tanto a favor, como contra essa possível redução. Atualmente a maioridade penal em nosso país é fixada aos dezoitos anos de idade, isso significa que se uma pessoa que conta com dezoito anos completos comete homicídio simples, tirando a vida de alguém, estará esta pessoa sujeita a pena prevista no artigo 121 do Código Penal Brasileiro, qual seja pena de reclusão com duração de 6 (seis) a 20 (vinte) anos. Entretanto, se uma pessoa menor de dezoito anos comete o mesmo crime matando uma pessoa, não há o que se falar em crime, simplesmente este menor praticou um ato infracional e a ele poderá ser imposta apenas as medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - (ECA), Lei 8.069/90, que variam entre seis, sendo que a medida sócio-educativa que se pode dizer "mais severa" prevê a privação da liberdade por no máximo 3 (três) anos. Resta inegável, que o Estatuto da Criança e do Adolescente é benevolente por demais, tanto que o índice de criminalidade entre esses adolescentes de 12 a 18 anos só vem aumentando. Diante disso, não podemos mais aceitar que esses menores infratores simplesmente por não

possuírem dezoito anos continuem sendo considerados inimputáveis.

Palavras-chave: ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Redução da Maioridade Penal. Menor Infrator. Inimputáveis

OS EFEITOS DA REDUÇÃO DA MAIOR IDADE PENAL NO BRASIL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Marcos Samuel Matos Bomfim
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho se destina a identificar os possíveis efeitos da redução da maioridade penal no Brasil e discute a viabilidade constitucional e prática da redução. Para a definição das consequências dessa redução foram levantadas questões acerca da finalidade da pena restritiva de liberdade e como se justifica o clamor social pela medida, foram abordadas as intervenções políticas com intuito de reduzir a maioridade penal e demonstrado como elas se opõem a sanar o grave caos vivido na segurança pública. A problemática do trabalho se assenta justamente em dissociar o encarceramento em massa com redução dos índices de criminalidade, mais ainda, apresentar as possíveis causas da crescente onda de violência e estabelecer os possíveis meios alternativos para reduzir a marginalização e consequentemente o cometimento de crimes, para isso, foram pesquisados dados acerca da população carcerária no Brasil e compilados os posicionamentos da Doutrina e apresentadas as nuances da pena segundo a mesma, verificou-se que que há uma relação muito forte entre desigualdade social e níveis de violência, que quanto mais ausente o estado se encontra mais violenta a sociedade se torna, foi possível esclarecer que já existe um sistema penal infantojuvenil carente de ser aplicado e segundo os doutrinadores, até mesmo os que aceitam a medida, que a redução em nada contribuiria para a diminuição da violência podendo aumentá-la.

Palavras-chave: Redução. Maioridade Penal. Violência. Desigualdade. Segurança Pública.

DESIGUALDADE NO ENSINO BRASILEIRO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Maria da Glória Silva de Oliveira
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: O presente trabalho monográfico aborda no seu primeiro capítulo um breve histórico da educação brasileira e também serão demonstrados como as desigualdades no ensino afetam a população de baixa renda, observa-se o tratamento a cada aluno gerando inúmeros resultados desiguais tanto para a sociedade quanto para o âmbito familiar. Busca analisar de forma clara o ensino com qualidade e sem qualidade , envolvendo docentes e a estrutura escolar que o estado dispõe para a sociedade. Tem como principal objetivo abordar as desigualdades no ensino Brasileiro. No segundo capítulo buscou abordar as dificuldades que os professores enfrentam ao dar aula, tanto em ambiente escolar que não tem estrutura para tal como a criminalidade dentro das escolas, gerando violência física e verbal. No

terceiro capítulo são abordadas as influências capazes de interferir direta ou indiretamente no aprendizado como as influências da família e também social e econômica do país e ainda os prejuízos advindos com a falta de influência por parte da família.

Palavras-chave: Desigualdades. Ensino Brasileiro. Educação. Legislação.

DOAÇÃO DE ORGÃOS HUMANOS APÓS A MORTE: A INTERVENÇÃO FAMILIAR

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Michelle Clara Camargo
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: O presente trabalho monográfico analisa a doação de órgãos humanos após a morte, sendo marco a intervenção familiar, abrangendo as varias normatizações que o país possuiu até hoje, mostrando posicionamentos doutrinários, pesquisas relevantes, artigos científicos, buscando alcançar um consenso entre o direito, a medicina e a sociedade. O primeiro capítulo aborda os direitos da personalidade, incluindo a doação de órgãos. O segundo analisa a legislação especial vigente no ordenamento jurídico brasileiro e sua evolução. O terceiro capítulo trata do direito assegurado aos familiares, por lei especial, de intervir na doação de seu ente querido morto, mostrando como se dá essa interferência e quem pode tomar esta decisão, com abordagem em vários ramos do estudo, principalmente o direito que regula, e a medicina que ajuda na melhoria e preservação de vidas de várias pessoas com este método, utilizando informações bibliográficas buscando as interpretações doutrinárias e artigos científicos.

Palavras-chave: Órgãos Humanos. Doação de Órgãos. Transplantes de Órgãos.

O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS GOIANAS ENTRE OS ANOS DE 1996 E 2016

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Rosane Bispo da Silva
Orientador(a): Jefferson Luiz Maleski

Resumo: Elaborado a partir do tema ‘o controle concentrado de constitucionalidade’, cuja análise delimitou-se às leis goianas entre os anos de 1996 a 2016, este trabalho foi elaborado com o objetivo geral de compreender como o Poder Judiciário tem se utilizado do controle concentrado de constitucionalidade para se posicionar em relação a determinadas leis promulgadas no Estado de Goiás entre os anos de 1996 a 2016. Problematização: Qual a função e relevância do controle de constitucionalidade para a sociedade brasileira, em especial o controle concentrado de constitucionalidade? Quais os principais fatos históricos e aspectos políticos que marcaram o Estado de Goiás? De que forma tem se posicionado o Poder Judiciário acerca da inconstitucionalidade de determinadas leis sancionadas em Goiás entre os anos de 1996 e 2016? Os objetivos específicos foram: analisar a função e relevância do controle de constitucionalidade para a sociedade brasileira, em especial o concentrado;

pesquisar os principais fatos históricos e aspectos políticos marcaram o Estado de Goiás; compreender como o Poder Judiciário tem se posicionado acerca da inconstitucionalidade de determinadas leis sancionadas em Goiás entre os anos de 1996 a 2016. A escolha do tema se deu por apresentar uma importante finalidade social, pois se constituirá em um material informativo à disposição da comunidade científica, acadêmica e da sociedade em geral, por se constituir parte do acervo da biblioteca da faculdade FIBRA. A pesquisa visa informar ao público em geral que a Constituição Federal de 1988 assegura à sociedade determinados direitos e garantias que não podem ser prejudicados por leis infraconstitucionais, sob pena destas serem consideradas inconstitucionais. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de materiais como: livros, artigos científicos, teses e dissertações, destacando-se entre os principais autores: Kelsen (1986, s/p), Mendes e Martins (1986, s/p), Bittencourt (1949, s/p) e Cappelletti (1992, s/p). Foi efetuada também, uma pesquisa jurídica e jurisprudencial, levantando as decisões e o posicionamento do Poder Judiciário em relação aos julgamentos de inconstitucionalidade das leis pesquisadas (Lei complementar 100 de 2012, Lei estadual 15.150 de 2005, Lei 13.145/97 do Estado de Goiás, Lei Estadual no. 18.363, Lei Estadual 18.190/2013), utilizando-se para tanto dos sites oficiais do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO).

Palavras-chave: Inconstitucionalidade. ADI. Poder Judiciário. Provimento.

AS IMPLICAÇÕES DA UNIÃO HOMOAFETIVA NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Tatijane Nascimento Gonçalves
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: A união homoafetiva sempre esteve presente na história da humanidade, porém nunca foi reconhecida pelo direito. Este estudo analisou o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, sendo merecedora de proteção pelo Direito de Família como entidade familiar. Os casais homoafetivos, segundo o princípio da igualdade formal, são iguais aos heteroafetivos perante a lei, devendo ter os seus direitos respeitados e aplicados de forma igualitária. Concluiu-se que o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar merecedora do abrigo do Direito de Família, deve ser uma questão mais social e política do que jurídica. O Direito possui ferramentas para incluir essas uniões, até então excluídas, ressaltando que a própria Constituição Federal traz em seu texto o princípio da igualdade, não só formal como também material, abrindo a possibilidade e a necessidade de entrada no ordenamento jurídico de uma lei que regule as parcerias homoafetivas, bastando, para isso, conforme entendimento de alguns, uma Emenda Constitucional. Por motivos políticos, sociais, e até mesmo culturais, as pessoas do mesmo sexo não têm direitos reconhecidos.

Palavras-chave: União Homoafetiva. Igualdade. Dignidade da Pessoa Humana.

O CUMPRIMENTO DE PENA PARA AS GESTANTES INFRATORAS NO BRASIL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Vanessa Daher Elias
Orientador(a): Jefferson Luiz Masleski

Resumo: O presente estudo científico fará uma análise acerca do cumprimento de pena em relação às mulheres gestantes/lactantes encarceradas no Brasil. Em primeiro plano serão analisados o contexto histórico do encarceramento feminino no Brasil, osregramentos legislativos que o disciplinam, suas instalações físicas, as políticas públicas jurídicas e sanitárias, que já estão implementadas e as novidades legislativas que precisam ser implementadas para que as mulheres gestantes/lactantes encarceradas possam cumprir a sua pena tendo resguardados os princípios mínimos de dignidade humana, para que as mesmas e seus filhos sejam devidamente amparadas pelo estado. Em outro plano tal situação será analisada pelo viés constitucional e processual penal, e pelos regramentos internacionais que regulam tais situações como as Regras de Bangkok, que visa proteger as mulheres gestantes/lactantes encarceradas, e seus filhos que nascem e ficam por determinado lapso temporal nas unidades prisionais espalhadas pelo território nacional. Em um viés social e jurídico ao final do presente estudo científico, serão ilustrado como a otimização das políticas públicas jurídicas e sanitárias mulheres gestantes/lactantes encarceradas, com base nos princípios mínimos de dignidade humana, se faz urgente, visando assim trazer novas dinâmicas jurídicas e sociais para o segmento das mulheres gestantes/lactantes encarceradas prejudicando assim o menor número possível de mulheres gestantes/lactantes encarceradas, eclodindo em alternativas que possam diminuir a violência que o sistema penal e prisional impõe às mulheres gestantes/lactantes encarceradas inseridas nas unidades prisionais espalhadas pelos estados da federação brasileira, visando assim assegurar a dignidade das mulheres gestantes/lactantes encarceradas.

Palavras-chave: Mulheres Gestantes. Execução Penal. Constituição Federal.

O TRABALHO INFANTIL NO RAMO ARTÍSTICO: TRABALHADORES MIRINS EM PROGRAMAS E COMERCIAIS TELEVISIVOS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Kewen Duarte do Amaral Braga
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade abordar o trabalho infantil, visto que o mesmo é toda forma de trabalho realizada por uma criança ou adolescente abaixo da idade mínima permitida. No Brasil a idade mínima para se trabalhar e aos 18 anos, porém aos 14 é permitido na condição de aprendiz. Entretanto, abre-se uma brecha para a manifestações artísticas de crianças, não havendo uma idade mínima, pois seria uma exceção a regra, contudo, para uma criança ou adolescente poder trabalhar neste, é preciso um alvará pedindo autorização para a Justiça da Infância e da Juventude, ou para a Justiça do Trabalho, pois ambas têm autorização para expedir os alvarás. Com isso, fica claro que o ECA permitiu que a autorização judicial autorize a participação artística de crianças e adolescentes. Porém, devem ser analisados cada caso, evitando as licenças generalizadas. No Brasil, as crianças e os adolescente possui seus diretos resguardados pelo Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA), criado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. A ideia básica do Estatuto é a proteção integral da criança e do adolescente, garantir que tenham um desenvolvimento saudável. As condições oferecidas ao menor, devem ser adequadas e seguras, levando em consideração sua idade, não podendo ultrapassar o limite saudável, tomando o cuidado para que tal atividade não toma a vida toda da criança. Com o não cumprimento das normas legais, como os direitos das crianças e adolescentes previsto no ECA, poderá a justiça revogar a autorização judicial, assim como aconteceu com a apresentadora Maísa, do programa "Bom Dia e Cia". Na época ela tinha apenas sete anos quando perdeu sua licença, pois seus direitos haviam sido infringidos, violando sua dignidade ao expô-la em uma situação vexatória.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Trabalho Infantil. Televisão. Arte. Desenvolvimento Saudável.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Regiane Aparecida de Souza
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho de pesquisa teve o escopo de promover uma analise acerca da influência da mídia no que tange ás decisões proferidas pelo Tribunal Popular, mormente no tocante á formação de juízo de valor no âmbito penal. Para que fosse atingido tal objetivo, houve inicialmente, um breve apanhado histórico-evolutivo do tribunal do júri, ressaltando sua instituição no Brasil. Não menos importante, passou-se a listar os princípios que regem o Tribunal popular, bem como os princípios intrinsecamente atrelados a mídia, enquanto influenciadora do meio jurídico, quer para criar ou modificar leis, quer para aplica-las, detalha-se também a estrutura do júri pontuando o sigilo de votação e critério de sorteio dos jurados, tempo de defesa e acusação e recusas peremptórias. Por derradeiro, como cerne da questão, procura-se apresentar casos reais de crimes que foram amplamente divulgados pela indústria de comunicação, ressaltando como essa superexposição afeta o cidadão, uma vez que a finalidade precípua desta instituição –a informação- acaba soterrada pela intenção lucrativa, levando assim a colisão de diretos fundamentais constitucionais, tais condutas influenciam diretamente na formação do juízo de valor dos jurados e, não obstante contaminando os veredictos proferidos. Nessa seara, foi o presente trabalho desenvolvido utilizando-se do método indutivo, pesquisando temáticas gerais que cerceiam o assunto, através de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Mídia. Direitos Fundamentais.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR PERDA DE UMA CHANCE

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Nélio Corrêa Camargo Filho
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: Neste trabalho será explanado a respeito da Responsabilidade por perda de uma chance, onde nos mostrará que esta teoria da perda de uma chance ainda é pouco utilizada, sendo a mesma de grande importância por ter o intuito de proporcionar o melhor julgamento, procurando-se não permitir que se perca uma vantagem futura ou que se tenha um maior prejuízo, nos casos de falhas existentes, como ex. Um erro médico. Para tal estudo iniciarei com o surgimento da teoria, passando posteriormente a suas modalidades existentes, o valor da chance perdida, como se chega a esta teoria, como é utilizada no Brasil, além de pensamentos doutrinários e jurisprudências sobre o tema.

Palavras-chave: -----*-----**

A ADAPTAÇÃO E REFLEXOS SOCIAIS PARA O ADOTANDO NA ADOÇÃO HOMOAFETIVA

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Misael Antônio da Cruz Magagoli
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho visa analisar a integração e os reflexos sociais para o adotando nas adoções homoafetivas, iniciando com a base na lei garantidora de seus direitos. Analisa a evolução histórica da perfiliação ou perfilhação, que ganhou a sua forma atual, após o advento do ECA (Lei 8.069/1990) e do Código Civil de 2002. Cujas normas referentes a temática visam a manutenção e a preservação de crianças e adolescentes no seio do lar, seja ele biológico ou em famílias substitutas. Vale lembrar que esta normatização visa a proteção integral da criança e do adolescente, sua inclusão familiar e social, como pessoas de direito em formação e crescimento. Observa-se, minuciosamente, a origem milenar da família substituta, do instituto da adoção e perfiliação, das família homoafetivas, tudo amparado pela Carta Magna que elevou a união estável ao patamar de entidade familiar de fato e de direito. Dentre os objetivos levantados, buscou-se demonstrar a respeito da importância da adoção em famílias substitutas, no contexto social e na evolução da sociedade, sem prejuízo das famílias monoparentais. Brevemente, procura-se mostrar a abordagem do processo de inclusão familiar e social nas famílias de núcleo homoafetivo, para que se tome conhecimento dos efeitos resultantes, dos reflexos psicológicos e da inclusão social e dos reflexos sociais dos adotandos nessas uniões homoparentais. Tratando-se de pesquisa bibliográfica desenvolvida sobre um arcabouço de ideias bem como de bibliografias, em que os resultados foram minerados em berços de doutrinadores, buscas através de livros e artigos publicados na mídia e na internet.

Palavras-chave: Adoção Homoafetiva. Perfilhação. Família Substituta. Reflexos Sociais.

DA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA E DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Alcides Cunha Assunção
Orientador(a): Heleno José dos Santos Junior

Resumo: O presente trabalho vem com fulcro em destacar a importância destes dois institutos para o processo penal brasileiro, em que pese a sua aplicabilidade e efetividade na economia processual e celeridade também. Para falarmos em economia não necessariamente se refere e pecúnia, mas também em economia de tempo e recursos utilizado pela máquina estatal que por fim acaba-se chega ao dinheiro. Tem-se como observância a rigorosidade que o direito penal tem para com o investigado, e com esta minirreforma trazida pela lei 11719/2008 há um benefício para quem está sendo acusado, uma vez que faltando qualquer requisito da ação este processo não segue o rito subsequente, ela também alterou a fase de instauração de ação penal reestruturando as causas de rejeição da denúncia (art. 395 do CPP, onde observando mais de perto ela se assemelha às mesmas do revogado artigo 43 do CPP. Mesmo obtendo agilidade ao processo penal, alterações pontuais acabam afetando a sistematização do Código. A manifestação do magistrado proferida à resposta escrita trata de duas possibilidades, A primeira da rejeição da denúncia já recebida, e a segunda da possibilidade é do julgamento conforme o estado do processo, nos mesmos moldes previsto no CPC onde o juiz deve julgar tudo que constar na resposta.

Palavras-chave: Rejeição da Denúncia. Absolvição Sumária. Celeridade e Economia Processual. Benéfico Para o Denunciado.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR NAS FORÇAS ARMADAS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Anderson Martins da Silva Cardoso
Orientador(a): Márcia Beatriz

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar o instituto do Inquérito Policial Militar instaurado no âmbito das Forças Armadas, portanto, é um procedimento de cunho administrativo realizado pela Polícia Judiciária Militar, e que consiste em atos de investigação com o objetivo de apurar a ocorrência de uma infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa exercê-la, bem como possa, efetivamente, requerer medidas cautelares atinentes ao caso. (Badaró, 2016. 4.ed.) O trabalho apresentado teve como base a solução de algumas questões tais quais: A finalidade do Processo Penal Militar no âmbito das Forças Armadas, os princípios, conceitos, características, crimes de ação penal pública, prazo e arquivamento do IPM. Desde modo, o cometimento de atos que violem os valores pugnados pelos estatutos disciplinares castrenses deve ser apurado através de um procedimento que possua características ainda mais específicas em relação ao processo administrativo disciplinar dos servidores públicos em geral, tal procedimento apresenta-se como Inquérito Policial Militar, o qual possibilitará ao Ministério Público Militar apreciar, para oferecimento da Denúncia, a prática do fato que infringiu a norma jurídica e sua autoria.

Palavras-chave: Forças Armadas. Crimes de Ação Penal Pública. Polícia Judiciária Militar e Inquérito Policial Militar.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Bruna Ribeiro dos Santos
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: Entre alguns temas polemizados na atualidade da politica brasileira, a redução da maioridade penal é um debate bastante perdurável. Já agregada a varias gerações um tema a ser discutido em conformidade com a lei, sendo apresentados contras e prós a um tema repleto de informações. Redução na Maioridade Penal é a solução? O tema apresentado tem por base o entendimento na maioridade penal, onde se conceitua que o individuo tem por base, total discernimento de suas consequências. Iremos tratar, no entanto de uma particularidade nessa redução, pois podemos conotar vários interpostos e objetivos com essa redução e a carência de uma melhora no sistema prisional, pois a necessidade é de uma reeducação ao jovem infrator e não de uma lotação maior no sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: Imputabilidade. Culpabilidade. Discernimento. Evolução Histórica.

A DISPENSA POR JUSTA CAUSA NA HIPÓTESE DE EMBRIAGUEZ HABITUAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Bruna Xavier da Silva Paulino
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: -----*-----**

Palavras-chave: -----*-----**

AÇÃO POPULAR COMO MECANISMO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE NATURAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Camila Cristina Pereira de Paula Lima Morbeck
Orientador(a): Jefferson Luiz Maleski

Resumo: A ação popular na tutela do meio ambiente natural tem características particulares, pois o cidadão pode agir na condição de fiscalizador e também na perspectiva da prevenção, tendo assim, uma possibilidade maior de tutela. Interessante ressaltar que nas entrelinhas da proteção ao meio ambiente natural, tem-se a proteção ao direito à vida, haja vista a necessidade e dependência que existe entre o homem e os ecossistemas. No Brasil, a ação

popular é pouco difundida, pouco utilizada pela população, e mesmo assim vem sendo julgadas procedentes em sua grande maioria, inclusive com efeito *erga omnes* e decisão vinculante. A efetividade da ação popular ambiental e a suas consequências são relevantes, mesmo havendo a ausência de vantagem pessoal do autor da ação. Outro fator do qual este mecanismo de defesa não é muito empregado, é pelo fato de não existir benefício próprio direto, mas sim coletivo. Outro fator preponderante na aplicação da ação popular são os quesitos processuais nos quais se esbarram especificadamente na Lei 4.717/65, que rege este mecanismo. O método a ser utilizado na elaboração da monografia será baseado em um referencial bibliográfico, que consiste na exposição do pensamento de vários autores, como; Alexandre de Morais, Pedro Lenza e Romeu Thomé, que escreveram doutrinas jurídicas sobre a ação popular como mecanismo de defesa do meio ambiente natural.

Palavras-chave: Ação Popular. Meio Ambiente Natural. Direito Ambiental.

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A EFICÁCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA PERSPECTIVA DA REABILITAÇÃO DO MENOR INFRATOR

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Clarice Silva Vieira Sousa
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: Este monográfico teve como objetivo analisar o Estatuto da Criança e do Adolescente e a eficácia das medidas socioeducativas na reabilitação do menor infrator na sociedade. Conhecer a origem histórica dos direitos da criança e do adolescente, antes no Brasil elas não tinham seus direitos fundamentais garantidos, a sociedade não sabia como atender e lidar com essas crianças e adolescentes em situação de risco, abandonadas, doentes ou vivendo em pobreza as infratoras eram todas iguais e sofriam a mesma punição. Quais as medidas que tem firmado em seu bojo para punir o menor infrator com intuito de reeducá-lo e devolve-lo ao conviveu familiar, comunitário e no meio social. Analisaremos quando será aplicada a medida socioeducativa, se a mesma medida é aplicada às crianças e adolescentes e se aplicada quanto tempo dura. A mudança veio com a Constituição Federal de 1988 que viu a necessidade de enfatizar os direitos fundamentais da infância e juventude, explanou em seu artigo 227 como sendo prioridade os seus direitos e designa o dever da família da sociedade e do Estado para esse fim. Para melhor abarcar os direitos fundamentais e também a criação de medidas de punição às crianças e adolescentes que cometerem atos infracionais, então, nasceram a Lei 8069/90 no dia 13 de julho de 1990 o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente, que veio com o objetivo de proteger, educar e reabilitar as crianças e adolescentes que estiver em situação de risco por se tratar de pessoas em desenvolvimento. E também expressou em seus artigos 4o e 104, o que a Constituição Federal de 1988 há havia exposto, que crianças e adolescentes são responsabilidades de todos e é necessário um mínimo de atendimento às suas necessidades.

Palavras-chave: Medida Socioeducativa. Reabilitação. Menor Infrator.

A APLICAÇÃO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE NO CONTRATO DE TRABALHO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Deividy Sousa Silva
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: O presente estudo tem o objetivo de analisar como é aplicado os adicionais de insalubridade e periculosidade no contato de trabalho, bem como, analisar quais trabalhos são considerados insalubres e quais são considerados perigosos, outro ponto que o presente trabalho vai apresentar é a possibilidade de cumulação de ambos os institutos. Assim, esta pesquisa tem por finalidade compreender como são aplicados esses institutos no Brasil, analisando como é feito o cálculo de ambos no contrato de trabalho, além de deixar bem claro quais são os trabalhadores que fazem jus a esses benefícios, expondo o que os tribunais, doutrinadores e juízes falam sobre a temática aludida no início do parágrafo. Nesse contexto, surge o interesse de uma abordagem mais detalhada sob o tema citado, na tentativa de mostrar as diferenças e semelhança de ambos os institutos. Como se pode observar, a maioria dos juízes e tribunais não aceita a cumulação da insalubridade com a periculosidade, percebe-se, então, que os mineradores, p.ex., estão sujeitos à atividade insalubre e atividade perigosa ao mesmo tempo, pois estão sujeitos a ter problemas de audição, pelo fato de ficarem constantemente convivendo com o barulho de explosões, caracterizando como atividade insalubre. Eles também correm o risco de morrer a qualquer momento, pelo fato de trabalhar com produtos explosivos, caracterizando atividade perigosa.

Palavras-chave: Trabalho. Insalubridade. Periculosidade. Segurança no Trabalho.

A INIMPUTABILIDADE PENAL POR DOENÇA MENTAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Delmiro Gabriel Silva
Orientador(a): Alexander Corrêa Albino Silva

Resumo: Prevista no art. 26, caput, e parágrafo único do Código Penal Brasileiro, a inimputabilidade penal por doença mental é um instituto jurídico que requer especial atenção quando aplicado pelo julgador. Para sua consecução se faz necessário restar efetivamente comprovado a incapacidade total ou parcial da percepção do agente quanto a ilicitude de sua conduta. Para isso, a ciência criminal busca na ciência médica, mais precisamente na medicina psiquiátrica, o auxílio para determinar se tinha o indivíduo, no momento da ação ou omissão, capacidade de entendimento da ilicitude do ato delituoso por ele praticado. Porém, não é tarefa fácil
chegar a essa conclusão médica/jurídica, pois a dificuldade começa já no momento de tentar conceituar doença mental. Essa foi apenas a primeira conclusão que se apresentou neste trabalho. Mas, para conseguir esquadrinhar o tema com maior profundidade e, possibilitar uma ampla visão acerca da problemática trazida, a pesquisa buscou trazer à tona dados e

conceitos históricos do doente mental desde os primórdios das civilizações. Em seguida é feita uma síntese sobre o sistema
adotado pela legislação penal brasileira para apurar a capacidade de sanidade mental do agente que pratica uma conduta atentatória aos bens protegidos pelo ordenamento jurídico. E por fim, esclarece sobre a aplicabilidade da medida de segurança e os requisitos para sua efetivação.

Palavras-chave: Doença. Mental. Inimputabilidade. Medida. Segurança.

DANO MORAL E SUA APLICABILIDADE

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Edimar Jose Vilaça
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: A presente monografia tem por finalidade elaborar uma análise do instituto do dano moral e, como debate principal, debater verdadeiro conceito, requisitos e aplicabilidade do dano moral. O dano moral passou a ter previsão expressa com a promulgação da Constituição Federal em 1988, no artigo 5o incisos V e X. Assim previsto no código civil artigo 186 e 927.que condiz (“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”). Haja vista em análise, debate-se ainda, a reparação do dano moral e as causas da excludente da responsabilidade, a dificuldade da quantificação da indenização ante a inexistência de normas que estabeleçam valores. Pelo o avanço da tecnologia, a facilidades das informações por meio de internet, houve um grande aumento nas demandas que visam indenização por dano moral, tal aumento pode ser explicado a partir desse fenômeno, pelos quais a globalização, da era digital, onde as pessoas passaram a ter amplo acesso às informações, informações essas que chegam em tempo real. Analisaremos o papel do magistrado um dos mais importante, pois há muita responsabilidade colocada para o magistrado. A sua reparação e sua quantificação através de requisitos a serem pautados, um dos fatores como, a Problemática da reparação a valoração do dano, também a subjetividade e o bom senso do juiz, para analisar quais são os critérios para valorização do valor indenizatório. Assim, discute-se o aumento das ações que buscam. Elenca, ao final, fatores que possam ter contribuído para efetivação, e as facilidades de se estar em juízo, uma vês que não há pecúnia, e nem nada a perder pelos os benefícios em razão da Lei da Assistência Judiciária Gratuita artigo 98 do Código de Processo Civil., e da Lei de juizados Especiais (Lei n. o 9.099/95).

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Dano Moral. Aplicabilidade. Quantum Indenizatório.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO

Ano: 2017
Curso: Direito

Aluno(a): Érica Inácia da Silva
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: O presente trabalho tem como tema o Dano moral por abandono afetivo. Um tema bem discutido atualmente, trazendo posições doutrinárias e jurisprudências significativas no dia a dia. Ao discorrer sobre este tema, objetivou-se esclarecer acerca do assunto, tendo por finalidade a utilização e a aplicação de normas que devem ser aplicadas aos pais que abandonarem seus filhos seja qual for o motivo. O intento aqui é proceder uma abordagem do tema abandono afetivo parental, que apenas recentemente tomou dimensão pública, devido a polêmica de alguns julgados envolvendo pais, filhos e a possibilidade de reparação civil por negligência do afeto. Para tanto, necessário se fez abordar especificamente no capítulo I em que pode-se falar em conceituação do dano, considerações pertinentes do que venha ser família, princípio da afetividade, poder familiar. Já no segundo capítulo trata-se das formas de dano. O terceiro capítulo versa sobre Dano moral sobre abandono afetivo, Responsabilidade dos pais para com os filhos e a fixação do quantum indenizatório. A metodologia aplicada a este trabalho foi a pesquisa bibliográfica bem como o método da compilação, foi feito a pesquisa bibliográficas, doutrinas e legislação a fim de separar todo o material pertinente ao tema. Chega-se à conclusão que o objetivo é a discussão da possibilidade de condenação de indenização por danos morais decorrente de abandono afetivo nas relações paterno-filiais e que é justo que aquele que abandona o filho menor perca a guarda, e sua posição familiar.

Palavras-chave: Dano. Abandono Afetivo. Indenização.

TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Ervagelina da Silva Vieira Cruz
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: O presente trabalho monográfico tem por finalidade analisa a terceirização como fenômeno mundial que tem sido alvo de estudos doutrinários e discussões jurisprudenciais internacionais. No Brasil, o tema é recente, no entanto, tem gerava certo desconforto, pois a legislação em si não regulamentava o referido tipo de trabalho, no entanto, fazia proibições e permissões através de legislação federal, súmulas dos tribunais. O Objetivo da pesquisa é entender através de pesquisa em fontes bibliográficas tais como livros, artigos, sites e demais documentos escritos como surgiu o fenômeno da terceirização no Brasil, quais os aspectos positivos e negativos, porque a maioria das empresas hoje prefere terceirizar a manter empregados próprios, se existe terceirização.

Palavras-chave: Terceirização. No Brasil.

DIREITOS À SUCESSÃO HEREDITÁRIA POR REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM E POSSÍVEL REPARAÇÃO DE DANOS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Evily Yacoub
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias

Resumo: O presente trabalho científico terá como objetivo tentar esclarecer os pontos referentes aos nascituros e herdeiros advindos da reprodução assistida post mortem, e possíveis danos que podem ocorrer caso não sejam resguardados os direitos sucessórios e familiares nestes casos, e tema este que está sendo bastante debatido na doutrina e jurisprudência civilistas, gerando assim diversas repercussões tanto das ciências da medicina, como nos ramos do Biodireito, e Bioética e do Direito Civil e do Direito Constitucional nacional conforme a previsão do art. 1.799, inciso I, do Código Civil Brasileiro – CCB. Vale ressaltar que as técnicas de reprodução assistida evoluíram ao longo dos tempos. Mas as ciências jurídicas no Brasil não acompanharam com inteireza todas as evoluções científicas neste segmento, e isto tem gerado diversos inconvenientes judiciais perante os Tribunais nacionais, é de fácil percepção que a tecnologia faz parte do cenário cotidiano, e em se tratando dos nascituros e herdeiros advindos da reprodução assistida post mortem isto é uma realidade que não poderá ser ignorada pelo ordenamento jurídico nacional. E convém ressaltar que os nascituros e herdeiros advindos da reprodução assistida post mortem, em relação à CF/88, tem a mesma guarida, e os mesmos direitos daqueles herdeiros e nascituros advindos de modos convencionais de reprodução. Destaca se que a prole oriunda de reprodução assistida seja esta post mortem ou não é chamada de prole eventual, pela doutrina civilista nacional, e em relação aos direitos sucessórios e familiares, qualquer tipo de segregação, além de afronta a igualdade de filiação e as garantias de dignidade humana previstas na CF/88.

Palavras-chave: Legislação. Sucessões. Constituição Federal.

O ESTATUTO DO IDOSO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS, SUA EFICÁCIA E ACEITAÇÃO SOCIAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Fábio Cavalcante Paiva
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho demonstra a participação ativa do idoso na sociedade, iniciando com a base na lei garantidora de seus direitos. Analisa o Estatuto do Idoso, que ganhou a sua forma, após a Declaração Universal de Direitos Humanos. Cuja norma, por sua vez, trata do valor da dignidade da pessoa humana, que não se restringe apenas a um grupo específico de pessoas, mas atinge a todos, sem discriminação de idade. Vale lembrar que esta normatização suprema dá o direito ao idoso à condição digna de sobrevivência. Observa-se, minuciosamente, que para se ter uma maior efetivação destes direitos, faz-se necessária a criação de políticas públicas, pois estas nada mais são do que ações e programas que o Estado propicia para tratar com igualdade pessoas diferentes. Essas têm por finalidade a promoção do bem-estar do cidadão, amparado pela Carta Magna. Dentre os objetivos levantados, buscou-se demonstrar a respeito da importância da intervenção do Estado em favor dos idosos, no contexto social. Tendo em vista, que esta intervenção trás a proteção estatal aos mais velhos que são caracterizados, na maioria das vezes, como discriminados em razão de sua redução da capacidade laborativa. Brevemente, procura-se mostrar a abordagem do

processo de inclusão social, para que se tome conhecimento dos efeitos resultantes, em razão da adequação de calçadas, bem como a distribuição de medicamentos e aposentadoria digna. Trata-se de pesquisa desenvolvida sobre um conjunto de idéias e bibliografias, em que os resultados também foram obtidos através de doutrinadores, além do mais, buscas através de livros e artigos oriundos da internet.

Palavras-chave: Estatuto do Idoso. Direitos Humanos.

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE: DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE?

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Jucelene Aparecida Gomes da Silva
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior.

Resumo: Nos últimos anos, devido ao índice de vítimas fatais e não fatais decorrentes de acidentes de trânsito envolvendo condutor embriagado e veículo automotor, tem causado danos irreversíveis nas vítimas, assim a apuração do dolo eventual tem sido automática com índice elevado, decisão, esta, influenciada pelo clamor popular em busca de justiça, visando a condenação do suposto acusado, sem sopesar suficientemente a sua culpabilidade inerente. O presente trabalho acadêmico visa evidenciar parâmetros viáveis estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça para delimitar a culpa consciente e o dolo eventual perante a decisão de pronúncia, a qual remete o acusado ao plenário do Tribunal do Júri e seus juízes leigos, quanto à aferição automática do dolo eventual nos crimes ocasionados pela embriaguez no trânsito. Em determinadas circunstâncias, em que o agente se embriaga, conduz veículo automotor e causa a morte de alguém, sempre se discutiu qual o elemento subjetivo que constituiria sua conduta, isto é, se agiria com culpa consciente ou dolo eventual. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, através da leitura de livros, artigos científicos e publicações disponíveis na Internet sobre o assunto. Como resultado desta pesquisa, verifica-se que a Lei Seca restringe alguns direitos individuais em detrimento da necessidade do Estado de garantir a segurança da coletividade, o que não contraria a Constituição Federal. Na verdade, o que acontece é a coexistência de princípios que, dada a complexidade do sistema jurídico, colidem entre si, diante do que deve ser feita uma ponderação a fim de solucionar o conflito e estabelecer a ordem de precedência desses princípios, qual seja a melhor opção para a garantia da preservação da ordem pública e da segurança jurídica.

Palavras-chave: Embriaguez ao Volante. Dolo Eventual. Culpa Consciente.

O CAOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Júlio Cesar de Souza Nunes
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias Santos

Resumo: O presente trabalho monográfico demonstra o caos no sistema penitenciário

brasileiro, apontando um breve histórico do que foi desde o início da aplicação das penas privativas de liberdade até a contemporaneidade. É referido sobre os tratamentos constitucionais e infraconstitucionais dados ao preso nos aspectos teóricos e o que ocorre na pratica dentro do sistema penitenciário, destaca-se também a evolução do sistema punitivo e também das penas aplicadas desde a antiguidade. Abordando o que vem dando motivos a situação caótica do sistema penitenciário aponta-se o princípio da dignidade da pessoa humana, política criminal aplicada para fazer jus as leis vigentes no país bem como diminuição do número de reincidentes adotando políticas de ressocialização que dêem razão a gloriosa lei de execução penal vigente. É expresso alguns dos principais motivos de fato que deram ensejo a atual situação de caos dentro dos sistemas penitenciários como o excesso de prisões provisórias, o uso de regime fechado mesmo havendo outras penas alternativas, efeitos da lei antidrogas e outros fatores. E por fim, como o sistema penitenciário pode ser recuperado, quais os meios estruturais e de melhor aplicação de leis já existentes para assim funcionar de maneira devida e cumprir seu papel finalístico que é o de ressocializar pessoas.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário. Caos. Penas. Liberdade. Ressocializar.

DA EFICIÊNCIA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Laís Sarah da Cunha
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: A finalidade do presente trabalho foi de demonstrar a eficácia na aplicabilidade das penas restritivas de direitos, previstas no artigo 44 do Código Penal. Essas penas buscam auxiliar na forma de aplicar as penas, e assim levando melhorias à situação do sistema carcerário, amenizar os gastos do Estado, resultantes de cada condenado com pena privativa de liberdade, substituindo as penas privativas de liberdade pelas restritivas de direitos, e assim dando a eles uma perspectiva de vida melhor, direcionando-os a prestação de serviço, os incentivando a não cometer mais crimes, resultando a uma sociedade mais segura.

Palavras-chave: Eficácia das Penas. Penas Restritivas de Direitos. Auxiliar na Forma de Aplicar as Penas. Substituindo as Penas Privativas de Liberdade.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA COLABORAÇÃO PREMIADA

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Lázaro Santos dos Reis
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade principal o exame das origens, evolução e os requisitos do benefício da delação no Brasil. Mediante explanação nos capítulos, poderá ser observado que a delação premiada é uma maneira eficaz na contenção a diferentes

infrações penais e atualmente tem sido utilizada para combater o crime organizado, que é um fato complexo e de difícil investigação. A delação tem sua eficácia no combate ao crime organizado, tornando para o Estado um relevante mecanismo de investigação criminal e com a Lei 12.850/2013 a delação premiada ganhou ênfase de forma mais detalhada e ampliada, cujo procedimento pode ser aplicado a todos os casos, com o STF considerando a prisão de condenados em segunda estância, vislumbra-se uma possibilidade vigente no sistema judicial brasileiro que permite o cumprimento de pena após
condenação. Como metodologia de procedimento, será utilizado o método histórico, investigativo, o que possibilitara a compreensão acerca de como a delação premiada evoluiu desde suas origens até os dias de hoje. Também nessa linha utilizar-se-á o método comparativo, analisando os pontos contrários e favoráveis existentes na doutrina.A técnica de pesquisa utilizada será a bibliográfica, com consulta a livros, monografias, artigos retirados da internet e de revistas especializadas, o que constitui em extenso material, essencial para analise do instituto da delação premiada.

Palavras-chave: Delação Premiada. Lei 12.850/13. Requisitos da Delação.

ENTENDIMENTOS SOBRE A RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO E SUAS PARTICULARIDADES

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Leonara Araújo Alves
Orientador(a): Márcia Beatriz Dias.

Resumo: O presente estudo científico fará uma análise acerca da relação de trabalho e relação de emprego e suas particularidades, na atual agenda do Direito do Trabalho nacional. A Emenda Constitucional no 45/04, visou otimizar a conceituação de relação de trabalho e relação de emprego, os seus pressupostos e o que caracteriza e descaracteriza tais institutos perante a Justiça do Trabalho, ao julgar as lides trabalhistas.
E a Reforma Trabalhista de 2017, gerou inúmeras transformações no âmbito do Direito Laboral nacional, e vai culminar com o surgimento de novas modalidades de trabalho. E diante disso, é de fácil percepção que o conceito clássico de subordinação signado na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT tornou-se insuficiente para diferenciar assim a relação de emprego das demais formas de trabalho devidamente previstas e reguladas em lei.
E as situações criadas após a Emenda Constitucional no 45/04, a Reforma Trabalhista de 2017, e demais regramentos legislativos evidenciaram a necessidade de uma readequação conceitual, doutrinária e jurisprudencial sobre a subordinação, e seus requisitos nas relações de trabalho e emprego. É nesse contexto que se faz necessário entender que a teoria da subordinação estrutural, não mais atende ao objetivo de promover uma releitura simplista das relações de trabalho e emprego, já que após a Emenda Constitucional no 45/04, a Reforma Trabalhista de 2017 se faz relevante uma ampliação dos conceitos estipulados nos arts. 2o e 3o, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Palavras-chave: Emprego. Legislação Trabalhista. Constituição Federal.

DOS DEFEITOS E INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Lorrainy Bertoldo de Abreu
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo abordar os defeitos e invalidade do negócio jurídico. O método utilizado foi o de compilação visto que, pretendeu-se partir de premissas antecedentes, ou seja, legislação, doutrinas, para se alcançar um conhecimento particular, partindo-se de uma análise de quando há possibilidade de anular um negócio, dos defeitos que podem existir e quais já são nulos, incluindo o conceito de negócio jurídico. No primeiro capítulo relata a definição do negócio jurídico como manifestação da vontade das partes e suas classificações. No segundo capítulo sobre os defeitos do negócio jurídico, como defeitos interno de consentimento como o erro, lesão e direitos do declaratário; e também os defeitos externo de consentimento que são o dolo, coação, estado de perigo, e fraude contra credores. E por fim no terceiro capítulo, da invalidade do negócio jurídico, as diferenças entre negócio nulo e anuláveis e as normas gerais sobre negócios jurídicos inválidos. Por tanto sempre buscando atingir os objetivos inicialmente traçados para o desenvolvimento deste.

Palavras-chave: Negócio Jurídico. Defeitos e Invalidade do Negócio Jurídico. Nulo e Anuláveis.

ANÁLISE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E ASCENSÃO POLÍTICA DAS SUPREMAS CORTES, NA ÓTICA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Luciano Lino de Jesus
Orientador(a): Marcia Beatriz Dias dos Santos

Resumo: O presente trabalho monográfico trata dos princípios orientadores do direito internacional, estabelecido na lei internacional e nas correntes doutrinárias que amparam o princípio da segurança jurídica enquanto componente que fornece as bases do direito internacional público, este princípio orientador do Estado Democrático de Direito, sem o qual não haveria soberania e, portanto, não haveria sociedade internacional. Foram explorados e buscados a compreensão do Estado de coisa Inconstitucional. O Estado de coisas Inscontitucional- STF e os direitos humanos ou sistemas de proteção dos Direitos Humanos no Brasil, percebendo a importância da Convenção Americana de Direitos Humanos e o Pacto de San José da Costa Rica, além da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos e por fim a compreensão do Monismo e Dualismo em nosso Ordenamento Jurídico Brasileiro.

Palavras-chave: Direito Internacional. Estado Democrático. STF.

CRIMES CONTRA FAUNA: PENALIDADES BRANDAS E EFEITOS COMPARATIVOS COM AS PENAS NOS CRIMES CONTRA A VIDA

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Maria Aparecida Bernardes Dantas
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho busca esclarecer o significado de meio ambiente e suas principais vertentes, que seriam, os vários tipos de meio ambientes existentes, trazendo consigo todos os seus princípios e as medidas aplicáveis em relação ao dano causado. Abordará ainda o conceito de fauna, com o escopo de apresentar o hábitat natural de cada espécie, apontando como relevante a natureza jurídica e as comunidades ribeirinhas que vivem à deriva dos rios buscando a sobrevivência, e como consequência contribuem para o tráfico de animais, que aumenta a cada dia. E por fim mostrará os tipos de crimes cometidos com a fauna, seja ela silvestre ou doméstica, destarte as penas aplicadas a cada tipo penal com um foco nas responsabilidades penais aplicadas sobre esses crimes, dessa forma será possível destacar os crimes contra a vida de acordo com o Código Penal em comparação aos crimes cometidos contra a fauna descritos na Lei 9.605/1998.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Fauna. Tráfico de Animais. E Crimes Contra a Fauna.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DOS PROCESSOS CRIMINAIS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Matheus Pegurier Gomes
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho consiste em compreender como as decisões de processos criminais são influenciadas por consequência da exposição midiática, havendo a condenação popular do réu, antes mesmo das conclusões da investigação do caso, desrespeitando completamente o princípio do devido processo legal, podendo prejudicar a vida do cidadão investigado. Levanta-se a reflexão de como a mídia ocupa a posição de julgador no processo criminal, levando não somente a informação do fato criminoso ao público, como, também, um pré-julgamento do réu investigado Dentre os objetivos. Buscou-se demonstrar a responsabilidade da imprensa na divulgação do fato e os possíveis danos consequentes do jornalismo tendencioso e sensacionalista, assim, como, os responsáveis pelas decisões são influenciados, elucidando suas funções dentro do processo criminal. Procura-se mostrar a necessidade da mídia compreender o funcionamento do processo penal, exigindo dos profissionais da informação uma ética voltada a evitar os danos a outrem. Trata-se de pesquisa desenvolvida sobre um conjunto de ideias e bibliografias, em que os resultados também foram obtidos através de doutrinadores, além do mais, buscas através de livros e artigos oriundos da internet.

Palavras-chave: Mídia. Influência. Processo Penal. Devido Processo Legal.

SISTEMA PRISIONAL GOIANO: O CAOS IMINENTE E AS MEDIDAS PARA EVITÁ-LO

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Michel Pereira dos Reis
Orientador(a): Tiziano Mamede Chiarotti

Resumo: Segundo dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, comparando esse quantitativo, é como se duas vezes a população da Islândia estivesse encarcerada, a seguir explicar-se-á por que as medidas de ressocialização estão dando errado, pois, é correto afirmar que a situação dos presídios brasileiros é um caso singular, pois, na média mundial, a cada cem mil pessoas, 144 estão encarceradas, porquanto no Brasil, esse percentual mais que triplicou em um lapso temporal de quatorze anos, em sua grande maioria relacionada ao tráfico de drogas, mesmo que as circunstâncias em que ocorram as eventuais prisões sejam questionáveis. Segundo dados do DEPEN, cerca de 40% dos presos sequer foram condenados, ou seja, trata-se de presos provisórios aguardando os julgamentos encarcerados, pois, uma vez que não existirem defensores públicos suficientes, o Brasil conta com apenas um terço dos defensores públicos necessários para suprir a demanda existente e somando-se ao fato de a maioria da população carcerária ser constituída de pobres, estes literalmente "mofam" no cárcere, considerando-se as condições sub-humanas presentes na maioria das prisões do país, sendo assim, permanecem a mercê do Estado, que por muitas vezes não é capaz de suprir sequer as necessidades do cidadão, quiçá às necessidades do encarcerado, que uma vez nessa condição estará segregado da sociedade.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Caos Iminente. Medidas para evitá-lo.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Paulo Sérgio Dutra
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: O presente estudo será analisado direitos dos reeducandos violados no Sistema Penitenciário Brasileiro a luz do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, onde será abordado ainda os preceitos histórico do sistema penitenciário e do princípio da dignidade da pessoa humana. Além disso, será observado na Constituição Federal de 1988 a previsão legal dignidade da pessoa humana, bem como sua aplicação no sistema prisional brasileiro. E mais, será abordado a aplicação da Lei de execução penal, os direitos dos segregados elencados na mesma, e ainda o maior objetivo da legislação a ressocialização dos reeducandos de maneiras mais eficaz que as aplicadas nos dias de hoje. Por fim, será analisando a ineficácia do Sistema Prisional Brasileiro, tendo em vista a reincidência e a falta de estrutura do Estado em favor dos egressos, bem como a conscientização da sociedade em relação desses, e aos atos cometidos nos estabelecimentos prisionais. Na pesquisa quanto aos objetivos se

caracteriza como descritiva, uma vez que os dados coletados e analisados nos permitirão descrever sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro e Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário. Dignidade a Pessoa Humana. Legislação Vigente. Forma de Melhoria do Sistema Penitenciário Brasileiro.

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MIGRADOS AO TABELIONATO DE NOTAS, PREJUÍZOS E MALEFÍCIOS ÀS PARTES

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Pollyana Medeiros
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: Com os atos migrados aos Tabelionatos, às partes tem os benefícios de não só com a agilidade e segurança de seus negócios jurídicos, mas facilidade para melhores entendimentos à essas relações, ao que se refere em acordos, por exemplo Inventários, Divórcios, pois todos estão no consenso da finalização de tal procedimento, não havendo motivos de ser levado ao judicial, no qual podem ser resolvidos em um Notário. A atividade notarial é exercida em caráter privado, por delegação do Poder Público, mas os seus serviços são organizados de forma técnica e administrativa, com o intuito de garantir segurança às relações jurídicas. A presente pesquisa, visa mostrar o quanto as atividades cartorárias podem colaborar com o Poder Judiciário, dando segurança ao negócio jurídico, com o serviço mais célere. Visa ainda especificar aplicação dos benefícios e malefícios e normativas do CNJ, de forma explicar melhor os procedimentos judiciais migrados ao Tabelionato de notas, ao qual, possamos chegar ao entendimento do exercício do notário, junto ao poder judiciário, trazendo mais agilidade e menos onerosidade aos negócios jurídicos, e tendo por fim a mesma segurança jurídica que um ato judicial. Portanto, vale lembrar que o profissional que tem por função formalizar os atos jurídicos de interesses das partes, auxiliando a Administração Pública na aplicação do direito. Ainda, a pesquisa se consubstancia em bibliográfica, em decorrência da realização de análise de legislação, doutrina, jurisprudência, periódicos, etc., e utiliza-se do método dedutivo, haja vista que se baseia no estudo de teorias e refinações de conceitos. Tratar-se-á sobre a relação jurídica existente entre o Estado, o agente de notas e o terceiro lesado, de modo a verificar se a responsabilidade civil estatal, consectária dos danos causados pelo serviço notarial, é de natureza solidária ou subsidiária. A atividade notarial é preventiva cuja importância cresce de uma forma natural, e que vem priorizando a resolução de conflitos por meios extrajudiciais. É possível dar garantia aos negócios jurídicos realizados por meio de atos extrajudiciais, tais como declarações, compra e venda, divórcio, inventários, Atas Notariais, reconhecendo acontecimentos evidentes. Visa deslumbrar alguns fatos e características da função do tabelião, que não é um simples funcionário, mas um indivíduo que cumpre uma missão no Estado, que exerce uma profissão necessária à vida em sociedade e que recebe uma remuneração pelo seu trabalho. A atividade notarial apresenta seu caráter jurídico quando o Tabelião ou Notário orienta as partes e concretiza a sua vontade na formulação do instrumento jurídico adequado à situação jurídica apresentada. Através da orientação prévia, nota-se o caráter cautelar da atividade. Portanto, embora a atividade seja delegada, ela é prestada por conta e risco do titular da serventia, que tanto pode alcançar lucros como amealhar prejuízos. E, por fim, abordar-se-ão as divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre os procedimentos judiciais migrados à atividade dos atos do notário, que ora apontam para a aplicação da teoria do benefício e segurança ao negócio jurídico. O objetivo geral da pesquisa é analisar se ocorre a incidência de alguma modalidade do ato

judicial migrado ao extrajudicial, em razão de suas atividades enquanto agentes públicos, estudar a natureza jurídica dos notários, participação do Ministério Público, a função social dos Tabelionatos e demais auxiliares da justiça, no desempenho de suas atividades. E os objetivos específicos, demonstram a origem, a fundamentação legal da criação dos atos praticados nos Tabelionatos, analisar a função social dos Tabelionatos que irão desempenhais tais atividades cartorárias, analisar como impactam não só no judiciário em si, pois ajuda a desafogar o sistema, uma vez que entrega serviço mais célere, com menos custas e melhor qualidade.

Palavras-chave: Tabelião. Notário. Oficial de Registro. Atos Extrajudiciais. Poder Judiciário.

A FINALIDADE E EFEITOS DA APLICAÇÃO DA PENA EM FACE DAS ATUAIS CONDIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PENAIS BRASILEIRAS

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Ronivan Rodrigues Mariano
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: Nas culturas mais antigas, a prisão servia como limitação com a intenção de custódia e de tortura e o encarceramento de criminosos não tinha caráter de pena, mas de resguardar os réus até seu julgamento ou execução. Dessa forma, no primeiro capítulo abordou-se a questão dos aspectos históricos do sistema carcerário nas culturas antigas e no Brasil, mas antes de tal abordagem, fez-se necessário estabelecer algumas premissas sobre a ideia conceitual de sistema carcerário, seu histórico nas civilizações antigas, e depois descrever as modalidades de penas e os estabelecimentos de execução penal a partir de uma análise, ainda que superficial, da Lei de Execuções Penais brasileira. No segundo capítulo a análise se estabeleceu a partir de um dos temas mais difíceis do Direito Penal que é, sem dúvida, analisar os critérios utilizados pelo juiz na aplicação da pena. Estabelecer critérios minimamente objetivos, que atendam aos pressupostos da individualização da pena no caso concreto é tarefa que levanta algumas dúvidas. No que se refere à dosimetria da pena na sentença, de acordo com o artigo 68 do Código Penal brasileiro, deve-se adotar o método trifásico, segundo o qual, a pena-base será fixada atendendo-se às circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal brasileiro, após, serão consideradas as circunstâncias atenuantes/agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento de pena. No terceiro capítulo o assunto a ser destacado é sobre a ressocialização e reintegração do preso e, também destaques sobre as deficiências do sistema prisional, para tanto o destaque a ser colocado sobre a ressocialização e reintegração do preso no Brasil está na perspectiva legal com a edição, num primeiro momento, da Lei de n. 3.274/1957, cujo espírito central desta lei era a ressocialização do indivíduo. Posteriormente, destaca-se a edição da Lei n. 7.210/84, a famosa Lei de Execução Penal, excepcional implemento do Estado brasileiro no que tange as formas de execução da pena e seu objetivo ressocializador. É destaque também deste capítulo as deficiências do sistema prisional que atualmente tem como ideais ressocializador o trabalho e a educação, o que poderia ser uma opção de preparar o indivíduo para reintegrar sua vida novamente ao contexto social, contudo a superlotação e outro graves fatores não permitiriam a implantação destes motivos que poderiam determinar as mudanças que tanto se espera do sistema carcerário brasileiro.

Palavras-chave: Aplicação de Penal. Direito Processual Penal. Instituições Penais.

A ATUAL REALIDADE DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS NO BRASIL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Savio Manflyni Serafim Vanuncio
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: O presente trabalho monográfico vem apresentar e rever os conceitos dos sistemas carcerários no Brasil, em um novo contexto reavaliar e trazer uma solução prévia para a crise que se instala nesses espaços, no Brasil. Neste contexto vem trazer uma reflexão na atuação do órgão responsável para esta área e rever a reintegração do preso à sociedade, bem como garantir os direitos humanos a todos os detentos. Apresentando ainda os problemas vividos por todos os carcerários trazendo o dia a dia mostrado de uma forma ampla, suas dificuldades e modo de viver.

Palavras-chave: Estabelecimentos. Realidade. Reintegração. Direito.

DO TRABALHO DO PRESO NA EXECUÇÃO PENAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Wanesa Guimarães de Oliveira
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar as características do trabalho do preso na Execução Penal, mais de um jeito também motivador, para que se possam ter resultados esperados, ou seja, a reintegração do condenado para com a sociedade. Preocupando também pelos fatos de haver vários condenados, com tipos de periculosidades diferentes, que podem até mesmo, colocar em risco a segurança do estabelecimento prisional. Com o condenado ocupando seu tempo ocioso com os trabalhos fora e dentro dos presídios, será possível que haja sim uma recuperação no comportamento do mesmo, pelo simples fato de que ele não terá muito tempo para se envolver com outros condenados, não mesmo em pensar em criminalidade organizada dentro dos presídios, dentre outras coisas, pois estará se beneficiando com o trabalho.

Palavras-chave: Execução Penal. Pena. Condenado. Trabalho.

O REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Alaysa Maria de Morais
Orientador(a): Heleno José dos Santos Júnior

Resumo: Neste trabalho de conclusão de curso apresenta-se como tema central o estudo sobre o instituto do redirecionamento da execução fiscal, tal matéria tem sido fartamente discutida por diversos autores, que são em sua maioria do mesmo pensamento de que tal instrumento é um avanço no qual se pode minimizar os efeitos fiscais do inadimplemento que em via de regra se dá por má fé de alguns empresários. O redirecionamento da execução nada mais é do que a possibilidade de o Fisco nacional arrolar outros sócios não somente o administrador, quando se comprovar o dolo aos cofres públicos. Na análise da matéria aqui apresentada utilizou-se uma metodologia de trabalho totalmente de revisão de literatura tendo como objetivo geral estudar quanto a aplicação do instituto do redirecionamento da execução fiscal dentro do texto do Código Tributário Nacional. Ao final foi possível concluir após a análise de diversos julgados apresentados que o redirecionamento da execução fiscal é instrumento de máxima valia ao estado no que tange ao
recebimento de seus tributos, sendo que é preciso observar com a máxima cautela o que determina a lei no que concerne aos direitos e deveres do contribuinte.

Palavras-chave: Redirecionamento. Execução. Tributos e Ilícito.

Fibra FACULDADE

CRIMES AMBIENTAIS E A REAL APLICABILIDADE DA LEI

Ano: 2017
Curso: Direito
Aluno(a): Wilham Almeida Santana
Orientador(a): Jefferson Luiz Maleski

Resumo: A legislação ambiental brasileira tem várias leis que as regem e com isso facilita a punição de casos de crime contra o meio ambiente. O presente trabalho tem por intenção estudar a aplicabilidade das leis e princípios que dão punibilidade aos crimes contra a natureza, conhecendo as normas e incisos, bem como a tutela jurídica e suas ramificações. Baseada na Constituição Federal de 1988 as normas e leis que auxiliam na punição dos crimes contra o meio ambiente garantem a proteção do mesmo oferecendo à sociedade uma maior qualidade de vida que é direito de todos e dever do Estado. As leis que surgiram depois vieram para potencializar a forma de punir os crimes praticados contra o meio ambiente, por meio da efetivação das sanções e da aplicação das responsabilidades. Os legisladores e juristas entenderam que a inserção do meio ambiente no sistema jurídico foi um avanço na garantia de preservação dos recursos naturais e na proteção da natureza como um bem maior. Vale dizer que muito precisa ser avançado no que diz respeito à proteção ambiental, existem algumas lacunas que precisam ser preenchidas e deve-se questionar sobre a eficácia da aplicabilidade das punições, mas as ações avançaram e a tendência é ramificar e potencializar as formas de sancionar a aplicabilidade da lei contra os crimes ambientais.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Proteção Ambiental. Crimes Ambientais Aplicabilidade.

HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO IDOSO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Ithaylle Macedo de Melo Rodrigues; Maiara Cristina Bueno
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: Considerando o aumento da população idosa, os serviços de saúde devem estar preparados para atender esse público. Em vista, é necessário compreender o papel e as ações dos profissionais de saúde no cuidado ao idoso na Estratégia Saúde da Família (ESF), a fim de possibilitar assistência integral e de qualidade. Portanto objetivou-se com esse estudo conhecer a percepção do idosos em relação à assistência de enfermagem considerando os princípios de humanização. O estudo foi realizado no HDI – GO, com 43 idosos entrevistados. A ESF, principal estratégia de organização da atenção básica no Brasil, deve ser a porta de entrada principal do sistema de saúde. O enfermeiro que trabalha na ESF, atua no processo saúde-doença dos idoso de forma contínua e integrada, enfocado não somente o indivíduo, mas também a família e a coletividade.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família (ESF). Humanização. Idosos.

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO A SAÚDE DO IDOSO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Aline Rodrigues Freitas; Deuslene de Freitas Fernandes
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: O presente trabalho de aborda a atuação da Equipe de Enfermagem na Estratégia Saúde da Família (ESF), priorizando sua atuação em relação a saúde do idoso. A Estratégia Saúde da Família (ESF), principal estratégia de organização da atenção básica no Brasil, deve ser a porta principal do sistema de saúde. Os profissionais que nela atuam devem estar habilitados a desenvolver intervenções preventivas para que o diagnóstico correto seja precocemente realizado e a terapêutica adequada prontamente implementada. Pesquisa de abordagem quantitativa do tipo descritiva. O objetivo desse estudo foi conhecer a atuação da equipe de enfermagem na atenção a saúde do idoso na Estratégia Saúde Familiar (ESF). O estudo foi realizado no HDI – GO, com 11 profissionais da Equipe de Enfermagem, composta pelos Técnicos de Enfermagem e os enfermeiros.

Palavras-chave: Idosos. ESF. Equipe de Enfermagem.

ATENÇÃO A SAÚDE DO HOMEM: PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Cleudinei Fernandes dos Santos Coutinho
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: A Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH), foi institucionalizada em 2009, com o objetivo de reduzir a mortalidade e morbidade, promovendo melhorias nas condições de saúde dos homens. O Brasil foi o primeiro país da América Latina e os segundo continente americano a criar uma política específica para os homens. Esse estudo teve como objetivo conhecer a percepção do enfermeiro na atenção à saúde do homem na Estratégia Saúde da Família. A metodologia utilizada foi de revisão da literatura em artigos científicos nas seguintes bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), incluindo estudos no período de 2011 a 2016.

Palavras-chave: Estratégias Saúde da Família. Enfermagem. Saúde do Homem.

ESTUDO RETROSPECTIVO: CASOS DE DENGUE NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS – GO (2013 A 2016)

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Ana Gracieli da Silva Carvalho; Daniella Cristina de Paula Paiva
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: Atualmente, é indiscutível a importância de se prevenir a infestação do mosquito *Aedes aegypti*, visto que o mesmo é o meio transmissor de várias doenças, proporcionando assim sérios agravos na saúde pública. Sendo assim, a presente investigação visa demonstrar o perfil, e as notificação de casos de dengue na cidade de Anápolis-GO, analisando o processo de infestação da doença e se a mesma é controlada nessa região.

Palavras-chave: Dengue. Notificação. Aedes Aegypti.

HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO IDOSO

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Hélica Pereira da Silva; Jonh Lennon Soares da Silva
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: Humanizar em saúde é atender as necessidades do outro com responsabilidade e entender os diversos enfoques envolvidos nas dinâmicas da vida dos clientes, reconhecendo seus direitos, sua história e seus sentimentos, pois o termo humanização é concebido como

atendimento das necessidades integrais do indivíduo e necessidades humanas básicas. Ressaltamos também que o principal responsável por promover cuidados humanizados e uma assistência de qualidade é o enfermeiro e para isso acontecer é necessário que esse profissional conheça as necessidades e limitações de cada paciente, que seja capaz de estabelecer um vínculo de confiança e amizade com o idoso. Esse trabalho objetivou descrever a importância da assistência de enfermagem ao idoso baseando – se nos princípios de humanização.

Palavras-chave: Humanização. Assistência ao Idoso. Tratamento Humanizado.

SÍNDROME DE BURNOUT: O CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM UNIDADE DE SAÚDE NA CIDADE DE ANÁPOLIS- GO .

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Claudete Nogueira Silva; Sandra Valéria da Fonseca S. Domingues
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: Burnout é uma palavra da língua inglesa que pode ser traduzida como "queima após
desgaste". Refere-se a algo que deixou de funcionar por exaustão. A Síndrome de Burnout apresenta-se como resposta aos graus de estresse que acometem trabalhadores em diversas áreas profissionais, causando insegurança as vezes a falta de compreensão e conhecimento das situações que são geradoras e que deixam seus profissionais vulneráveis à doença (MOREIRA, 2014). A Síndrome de Burnout apresenta-se em três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e a baixa realização no trabalho. A exaustão emocional é considerada o traço inicial, podendo ser física, psíquicas ou ambas, é considerada como o núcleo da síndrome e a sua manifestação mais evidente, caracteriza-se pela falta de energia, entusiasmo e sentimento de esgotamento de recursos. Junto com estes sentimentos podem-se somar os de frustração e tensão, pois os trabalhadores percebem-se que já não conseguem gastar energia para assistência de seu cliente, como faziam anteriormente (CARLOTTO; CÂMARA, 2011). A atenção direta aos usuários durante o atendimento e o confronto com diversas doenças diariamente, faz com que o profissional, por mais preparado tecnicamente que esteja, desperte diversas reações e sentimentos relacionados ao estresse caracterizando síndrome de burnout (TAMAYO, 2010). Com o conhecimento dos níveis de estresse e como se manifesta, as estratégias de enfrentamento e de identificação da síndrome de burnout, os hospitais podem direcionar programas de treinamento para acompanhar, tratar e prevenir esses males em seus profissionais diminuindo os problemas com o processo de trabalho e com essas ações promover a melhoria do atendimento ao usuário (MENZANI, 2014).

Palavras-chave: Burnout Syndrome-Enfermagem-Profissionais da Saúde-Saúde do Trabalhador.

RISCO DE ACIDENTES COM MATERIAL BIOLÓGICO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Ano: 2017

Curso: Enfermagem
Aluno(a): Claudio Junior da Silva
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: Trata-se de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de conhecer os fatores de risco que contribuem para a ocorrência de acidentes com material biológico entre os profissionais de enfermagem. O acidente com material biológico inclui exposição a sangue, ferimento perfurante por agulha ou objetos cortantes contaminados, exposição de mucosa ou outros fluídos orgânicos e secreções no local de trabalho, a enfermagem é uma das principais profissões sujeitas a exposição à material biológico. Observou-se o predomínio dos acidentes com material biológico no sexo feminino, o fato desses profissionais serem maioria nos estabelecimentos de saúde e, também pelo tipo de atividades que desenvolvem. Ficou evidenciada a necessidade de educação continuada dos profissionais de saúde, para que as equipes adotem medidas preventivas, com o intuito de reduzir o número de acidentes com material biológico.

Palavras-chave: Acidente com Material Biológico. Enfermagem. Risco Biológico.

ESTUDO RETROSPECTIVO SOBRE CASOS DE DENGUE CONFIRMADOS NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS–GOIÁS (2013 A 2016)

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Claudirene Rosa da Silva Santos; Sandro Martins da Silva
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: A dengue é uma doença que apresenta como um importante problema de saúde pública mundial. Todo caso suspeito ou confirmado de dengue deve ser notificado no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Os dados inseridos nesse sistema representam uma importante fonte de informação para estudos epidemiológicos e para a avaliação da qualidade do mesmo. Este estudo objetivou descrever o perfil epidemiológico da dengue no município de Anápolis-Goiás, no período de 2013 a 2016. Trata-se de um estudo epidemiológico do tipo descritivo retrospectivo, cujos dados foram obtidos do SINAN, disponibilizados pelo Núcleo de Vigilância Epidemiológica de Anápolis – GO.

Palavras-chave: Dengue. Notificação de Doença. Saúde. Sistemas de Informação.

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Maria Angélica e Virgínia
Orientador(a):

Resumo: -----*-----**

Palavras-chave: -----*-----**

ATIVIDADE FÍSICA ASSOCIADA AO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Mariela Helena Batista Passos; Patrícia Ravany Dias Rios
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: A relação entre saúde e atividade física é fundamental para a melhoria da qualidade de vida. Sabe-se que a prática regular de exercícios é indicada por diversos profissionais da área de saúde, pois um estilo de vida ativo pode evitar o surgimento de doenças, tanto de ordem física quanto psicológica. As pessoas não envelhecem todas da mesma maneira, vários são os fatores que influenciam o processo de envelhecimento e o modo como este é percebido, tendo a cultura, papel de destaque no que diz respeito à significação do processo de envelhecer humano. O objetivo deste trabalho foi conhecer os benefícios que a atividade física proporciona para a prevenção, manutenção da saúde e qualidade de vida do idoso.

Palavras-chave: Atividade Física. Envelhecimento Saudável. Qualidade de Vida.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO COMBATE A DENGUE

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Marlene Divina de Oliveira e Sousa
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: A dengue é uma arbovirose transmitida através da picada do mosquito AEDES EGYPTE. Os trabalhos de prevenção da dengue devem ser mantidos diariamente, mantendo uma atenção significativa, principalmente em épocas de chuva quando os casos de infestação alcançam índices bastante elevados. As estratégias de prevenção de combate ao vetor estão fundamentadas em levar informações à comunidade, considerado ser um dos maiores meios de controlar a propagação do mosquito, este relato foi obtido através de resultado de ação desenvolvido dando a sociedade informação e reconhecimento pratica como forma de integração no combate a dengue no município.

Palavras-chave: Dengue. Prevenção. Informação.

INTERAÇÃO FAMILIAR NO TRATAMENTO DE PACIENTES DEPENDENTES DO ÁLCOOL

Ano: 2017
Curso: Enfermagem
Aluno(a): Fábio Pereira de Oliveira
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: -----***-----

Palavras-chave: -----***-----

Farmácia - 2017

RESÍDUOS DE ANTIBACTERIANOS ENCONTRADOS NO LEITE BOVINO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CONSUMO HUMANO

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Camila Silva Leite
Orientador(a): Isabella Lacerda Fernandes

Resumo: Os resíduos de antibacterianos encontrados no leite cru comprovam que há um alto índice de antibacterianos na produção de leite, e mesmo que sejas índices aceitáveis pelos órgãos reguladores podem geram danos a sociedade que consome causando resistência bacteriana. A obtenção da matéria-prima é a principal forma onde pode-se contaminar o leite cru, necessitando de uma conduta programada para realizar o processo, para se manter o controle microbiológico. O objetivo principal do estudo foi demonstrar que o uso indiscriminado de antibacterianos e agentes químicos em bovinos podem causar eliminação de resíduos no leite cru. O método utilizado para execução do trabalho de revisão foram em revistas científicas, trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos vinculados ao assunto, sendo buscadas em sites Pubmed, SCIELO e MEDLINE. O assunto proposto nesse trabalho amplia a discussão sobre como a humanidade pode ser prejudicada com o passar dos anos pelo consumo de resíduos no leite consumido, tornando pessoas resistentes a antibacterianos ocorrendo a propagação de geração em geração essa resistência. Com isso, dificulta fármaco-terapias futuras se necessárias para o indivíduo, limitando a terapêutica do paciente, mesmo para simples diagnostico pois o paciente é limitado a certos antibacterianos.

Palavras-chave: Resistência Bacteriana. Leite Cru; Resíduos de Antibacterianos. Saúde-pública.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O USO INDISCRIMINADO DA DIPIRONA – O PERIGO DE SUA AUTOMEDICAÇÃO

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Cínthia Maximo da Silva
Orientador(a): Paulo Edson Fernandes

Resumo: **A automedicação é uma forma de auto atenção com a saúde, consistindo no consumo de produtos com o objetivo de aliviar sintomas ou sanar doenças, ou mesmo de manter a saúde, porém sem receita médica. A orientação médica é inapropriadamente substituída por sugestão de amigos, familiares e balconistas. Os analgésicos (especialmente a dipirona), antipirético e anti-inflamatórios são os grupos medicamentos mais consumidos pelos brasileiros. O hábito se de automedicar pode trazer situações nocivas à saúde; os efeitos adversos, como alergias, intoxicações, interações e aumento de resistência à bactérias no caso dos antibióticos. Com a classificação de alguns fármacos como de "venda livre" as pessoas podem adquirir medicamentos que antes eram dispensados sob prescrição médica. Em países considerados emergentes como o Brasil, esse ato funciona como complemento aos sistemas de saúde, diminuindo o custo financeiro do setor público com saúde e a procura por médicos. Mas deve-se levar em consideração que o adiamento ou inexistência de um diagnóstico preciso, associado ao desconhecimento da farmacologia das drogas utilizadas podem transforma essa prática em um problema de saúde pública.**

Palavras-chave: Automedicação. Dipirona. Medicamentos. Uso Indiscriminado.

DIAGNÓSTICO CLÍNICO E LABORATORIAL DA SÍFILIS ADQUIRIDA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Gisele Teixeira Rodrigues
Orientador(a): Isabella Lacerda Fernandes

Resumo: **A sífilis é doença infectocontagiosa de evolução crônica, causada por uma bactéria de alta patogenicidade, o *Treponema pallidum.* Durante a evolução, os estágios da sífilis não tratada são classificados em sífilis primária, secundária, e terciária. A principal via de transmissão é a sexual, seguida da transmissão congênita, podendo acontecer em raros os casos a transmissão por transfusão sanguínea. No Brasil, a Sífilis é apontada como um dos principais problemas de saúde pública, apesar de dispor de tratamento eficaz e de baixo custo. Diante da relevância da doença, o presente estudo realizou-se por meio de um levantamento bibliográfico, com artigos científicos, utilizado as bases de dados Scielo e Pubmed e periódicos da capes. O objetivo foi compreender o diagnóstico clínico e laboratorial, promovendo conhecimento sobre a sífilis, sensibilizando a população e profissionais da saúde a fim de aperfeiçoarem qualidade no diagnóstico e tratamento.**

Palavras-chave: Diagnóstico. Sífilis Adquirida. Treponema.

ALOE VERA: UMA ABORDAGEM TERAPÊUTICA

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Iranez Aparecida Moraes

Orientador(a): Charles Lima Ribeiro

Resumo: O uso de plantas medicinais é uma prática que tem sido uma constante desde os primórdios e tem se intensificado nas últimas décadas. A Aloe vera é uma planta medicinal que se destaca pelo seu potencial curativo e terapêutico, sendo utilizada na medicina popular ao longo dos séculos, constituindo-se a base para o tratamento de diversas doenças de forma tradicional. Aloe vera é conhecida popularmente no Brasil como babosa e tem sido afirmado ter várias propriedade terapêuticas importantes. O objetivo deste trabalho consistiu em pesquisar os princípios ativos e propriedade terapêuticas da Aloe vera nos cuidados com a saúde e prevenção de doenças. Considerando que as plantas medicinais podem se transformar em medicamentos com custos normalmente inferiores e mais acessíveis à população; faz com que trabalho sobre resgate do conhecimento desses vegetais venha se expendido cada vez mais. Assim para este estudo realizou-se uma revisão da literatura através de pesquisas em artigos científicos, em diferentes bases eletrônicas de dados tais como: Scielo, Google Acadêmico e site oficiais como Ministério da Saúde de publicações nacionais e internacionais. Pode-se concluir com base nos estudos analisados que a Aloe vera traz mitos benefícios para a saúde do homem, desde que usadas com os devidos cuidados. Este vegetal apresenta inúmeras propriedades, constituindo-se em uma verdadeira "farmácia viva", apresentando inumeráveis aplicações terapêuticas, por isso vem ganhado cada vez mais destaque chamando assim a atenção principalmente da indústria farmacêutica.

Palavras-chave: Plantas Medicinais. Aloe Vera. Propriedades Terapêuticas.

KLEBSIELLA PNEUMONIAE PRODUTORA DE CARBAPENEMASE (KPC) SUAS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES NA SAÚDE: UMA REVISÃO

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Hugo da Costa Jorge
Orientador(a): Isabella Lacerda Fernandes

Resumo: A Klebsiella *penumoniae ssp*, é um bacilo gram-negativo, anaeróbio facultativo, membro da família *Enerobacteriaceae*, considerando com uma patógeno oportunista. Caracteriza-se como uma espécie multirresistente quando possui a capacidade de produzir a enzima carbapenemase. Pode ser detectada na natureza, como também são capazes de colonizar seres humanos causando infecções graves em pacientes imunideprimidos. A *Carbapenemase*, é uma enzima produzida pela *Klebsiella pneumoniae* conhecida popularmente como KPC, foi identificada nos Estados Unidos em 1996, depois de ter sofrido uma mutação genética, que lhe conferiu resistência a vários antibióticos carbapenêmicos além de inativar penicilinas, cefalosporinas e monobactâmicos. São múltiplos os fatores que estão envolvidos na propagação desse patógenos multirresistentes, incluindo o uso indiscriminado de antibióticos e procedimentos invasivos. A propagação endêmica dessa bactéria tem sido relatada em vários países. O objetivo deste estudo foi analisar as características da *K. pneumoniae* produtora de carbapenemase (KPC) e suas implicações na saúde e abordar a incidência de contaminações pela KPC em estabelecimentos de saúde (epidemiologia). Para alcançar esses objetivos optou-se uma revisão bibliográfica composta por vários estudos contidos em publicações nacionais e internacionais em revistas científicas,

artigos, jornais de grande circulação na internet entre outros. A estratégia utilizada foi a busca dos artigos que retratassem ao tema através de bases de dados na área da saúde. A resistência desta bactérias manifesta a necessidade de restringir o uso indiscriminados de antibióticos e realizar ações como: a importância do uso de EPIs, capacitação profissional com as devidas recomendações que visam prevenir infecções hospitalares e cuidados com pacientes imunossupridos objetivando evitar surtos epidêmicos.

Palavras-chave: KPC. Antibiótico. Mecanismo de Resistência. Epidemiologia.

A IMPORTÂNCIA DA RENCONCILIAÇÃO MEDICAMENTOSA DENTRO DOS HOSPITAIS

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Ludmilla Silva Leite
Orientador(a): Isabella Lacerda Fernandes

Resumo: A reconciliação medicamentosa (RM) é a forma mais segura para a proteção do paciente no hospital e em unidades de saúde, pois dispõe da prática de entrevista ao internado identificando o histórico medicamentoso do paciente. A entrevista possui perguntas simples sobre o uso de medicamentos habituais do paciente e confronta as informações na prescrição hospitalar. O objetivo desse trabalho foi demonstrar de forma ampla que a farmácia clínica traz eficiência e ganhos em segurança medicamentosa em ambiente hospitalar e a reconciliação medicamento dentro desse contexto minimiza as co-morbidades que possam ocorrer. O método utilizado foi através de artigos sobre saúde e segurança do paciente relacionado a medicamentos, revistas cientificas e trabalhos de graduações que exercessem foco central no assunto, sendo assim uma revisão bibliográfica que alcançasse os objetivos propostos. A reconciliação medicamentosa RM é um novo procedimento que transforma o ambiente hospitalar e inclui a equipe farmacêutica no contexto das decisões multidisciplinares. O primordial seria que o processo fosse iniciado por um farmacêutico, pois esse profissional tem maior familiaridade com medicações, marcas podendo gerar um histórico medicamentoso do paciente mais acurado. Esse profissional, no âmbito hospitalar, tem uma grande importância como componente clínico e não apenas assistencial, tendo a capacidade de abordar discussões sobre RM garantindo a segurança do paciente.

Palavras-chave: Reconciliação Medicamentosa. Segurança do paciente. Omissão de informações. Reações adversas. Prescrição médica.

REVISÃO: A EVOLUÇÃO DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO BRASIL E A PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS NAS DROGARIAS

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Mirele Pereira de Bessa
Orientador(a): Mariângela Souza Rodrigues dos Santos

Resumo: Atenção farmacêutica (ATENFAR) foi definida como a provisão responsável do tratamento farmacológico com a intenção de alcançar resultados que melhorem a qualidade de vida dos pacientes, considerando a ATENFAR uma prática qual o paciente é o principal beneficiário das ações do farmacêutico. O farmacêutico inserido na ATENFAR e na Farmácia Clínica são os profissionais de saúde mais indicados para garantir que o medicamento seja utilizado da forma correta, prevenindo efeitos adversos e otimizando a farmacoterapia. Estudos mostram que a presença do farmacêutico no acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes é capaz de promover o uso correto de medicamentos. O objetivo deste trabalho e conhecer a evolução da atenção farmacêutica no Brasil e o conhecimento do profissional farmacêutico frente a prática de prescrição farmacêutica nas drogarias. O farmacêutico é o profissional que conhece os aspectos do medicamento e, portanto, ele pode dar uma informação privilegiada às pessoas que o procuram, na farmácia. Da análise do estudo desenvolvido, nota-se que a prática farmacêutica desenvolveu-se desde a época dos profissionais não diplomados até agora, possibilitando através da resolução n°586/2013 a prescrição de medicamentos pelos farmacêuticos nas drogarias, desde que dispensada à prescrição médica. A grande inovação acerca da prescrição de medicamentos pelo farmacêutico se deu em virtude do conhecimento específico adquirido ao longo do curso. Portanto, é de extrema importância à atuação ética do farmacêutico para demonstrar à sociedade a necessidade da cumplicidade entre o profissional e o paciente para o bom desenrolar do tratamento nas drogarias.

Palavras-chave: Drogarias. Medicamentos. Medicamentos Isentos Prescrição.

Fibra FACULDADE

O USO DE CHALCONAS NO TRATAMENTO DA MALÁRIA

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Rosely Jesuina de Souza
Orientador(a): Rosa Silva Lima

Resumo: A malária é uma doença infecciosa transmitida pela fêmea do mosquito do gênero Anopheles, infectada pela agente etiológico Plasmodium. Existem quatro tipos de espécies: Plasmodium falciparum, Plasmodium vivax, Plasmodium malariae e Plasmodium ovale. A espécie Plasmodium falciparum é o causador da doença mais graves. As chalconas são compostos precursores da via de biossíntese de flavonóides, sendo encontradas na natureza. Elas apresentam um amplo espectro de atividades biológicas, as quais variam conforme os diferentes substituintes nas moléculas, e são alvo de vários estudos de isolamento, identificação e investigação de suas propriedades. Realizar um estudo de revisão bibliográfica sobre o uso de chalconas no tratamento da malária. Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica onde foram utilizados artigos, dissertações, teses e livros para obtenção de informações. A grande resistência está relacionada com a capacidade que uma espécie possui de se desenvolver e se multiplicar em seu processo biológico, livre da absorção e da quantidade de dose administrada de um determinado fármaco. Devido a estrutura simples, a síntese de baixo custo, toxicidade mínima do hospedeiro e facilidade de disponibilidade as chalconas chamaram a atenção dos químicos. As telas antimaláricas, ao lado de CQ, mostraram que todas essas amidas se mostraram ativas com valores de IC50 variando entre 0.05-0.53lM e 0.07-1.8lM contra as cepas 3D7 e W2 de P. falciparum, respectivamente. Há uma grande esperança em novos fármacos com estruturas diferentes e eficazes e com menos efeitos colaterais para malária. Quimicamente são várias as modificações que podem ser

realizadas nas chalconas. A primeira chalcona relatada como potente atividade antipalúdica contra o P. falciparum, resistente a cloroquina foi a Licochalcona- A. Tem sido sintetizada uma série de novos híbridos baseados em ceto-enamina e chalcona-cloroquina, visando a atividade antiplasmódica mais favorável.

Palavras-chave: Antiplasmódio. Chalconas. Malária.

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO AO IDOSO EM TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Clenes Rejane Alves Moreno
Orientador(a): Paulo Edson Fernandes

Resumo: A população brasileira está envelhecendo muito rápido, segundo a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais, é de 20.590.599 milhões, ou seja, aproximadamente 10,8 % da população total. Em decorrência desse envelhecimento da população, os transtornos psiquiátricos comuns em idosos estão em constante crescimento, dentre eles podemos citar o mal de Alzheimer e a Depressão, exigindo assim uma atenção farmacêutica hospitalar mais intensa, visando garantir melhor qualidade de vida aos idosos. A atuação do farmacêutico hospitalar na atenção ao idoso em tratamento psiquiátrico é de suma importância, visto que ele é o profissional dotado de conhecimentos dos efeitos adversos causados pelos psicofármacos e psicotrópicos, medicamentos indicados no tratamento dos transtornos psiquiátricos. O objetivo deste trabalho consistiu em observar a atuação do farmacêutico hospitalar na atenção ao idoso em tratamento psiquiátrico. Posteriormente aprofundou no conhecimento dos transtornos psiquiátricos que afetam os idosos e uso concomitante e racional de medicamentos. Logo foi realizada uma revisão da literatura usando como fontes de dados, artigos da Scielo, livros, entre outros, que aportasse o assunto em evidência. Conclui-se que devido aos conhecimentos, cabe ao farmacêutico orientar o usuário, seus familiares e a equipe multiprofissional, sobre a função do medicamento dividindo com o médico a responsabilidade do sucesso do tratamento, bem como os objetivos e a resposta deste, ou seja, o farmacêutico hospitalar é o profissional da saúde indispensável para a atenção à saúde dos idosos.

Palavras-chave: Farmacêutico Hospitalar. Transtorno Mental. Atenção Farmacêutica.

ABORDAGENS DO TRATAMENTO TERAPÊUTICO AOS PACIENTES PORTADORES DE FIBROSE CÍSTICA NOS ACOMETIMENTOS PULMONARES

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Cristina Aparecida de Oliveira Duarte
Orientador(a): Loise Costa Oliveira da Silva; Mariângela Sousa R. Santos

Resumo: A fibrose cística é uma doença rara de ordem genética autossômica recessiva, causada por defeitos no processamento da proteína CFTR. Manifesta-se clinicamente desde a

infância ou permanece assintomática até a fase adulta. Apresenta característica crônicas comprometendo principalmente os sistemas digestivo, reprodutor e respiratório. É uma doença multissistêmica e o acometimento pulmonar é a causa principal de morbi-mortalidade. O comprometimento do pulmão está relacionado a sua deterioração progressiva devido aos vários períodos de exacerbação da doença. No Brasil, há um total de 3.511 pacientes registrados na REBRAFC (Registro Brasileiro de Fibrose Cística) , cujos dados foram apresentados durante o ano de 2014 e incluídos no Registro em 2015.O cenário epidemiológico se baseia nestes registros .O diagnóstico pode ser realizado logo após nascimento (teste do pezinho), e por elevação de cloro no suor. Infecções sucessivas e vários períodos de exacerbação clínica pulmonar requer medidas farmacológicas adequadas com o objetivo de garantir a qualidade de vida . O estudo objetiva revisar o tratamento terapêutico nos acometimentos pulmonares em pacientes fibrocísticos. Por meio de uma revisão sistemática de estudos em bases de dados (Scielo, Pubmed, Medline, Lilacs) através de descritores, referentes ao assunto em artigos publicados no período de 2000-2016. Espera-se que o estudo possa abordar o tratamento terapêutico na exacerbação pulmonar da fibrose cística.

Palavras-chave: Fibrose Cística. Tratamento. Características Terapêuticas. Exacerbações Pulmonares.

AUTOMEDICAÇÃO: O USO INDISCRIMINADO DE ANTI-INFLAMATÓRIOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA SAÚDE DOS IDOSOS

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Fernanda Silva Vieira
Orientador(a): Paulo Edson Fernandes

Resumo: Com o envelhecimento populacional, observa-se o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis acompanhadas de aumento na incidência de doenças incapacitantes, crônicas e degenerativas, que resultam em dependência e são agravadas pelas queixas de dor. Estes agravos de saúde requerem o uso de medicamentos, dentre eles a classe dos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) destaca-se por serem utilizados com ou sem associação a outros medicamentos, podendo acarretar efeitos indesejados com importante impacto para a saúde dos idosos. O pouco conhecimento quanto aos riscos da utilização desta classe de medicamentos levam os fármacos desse grupo a serem extensivamente empregados pelos idosos, tornando-os suscetíveis a efeitos adversos e a interações medicamentosas. O presente trabalho teve como objetivo examinar as consequências do uso indiscriminado de AINEs e suas reações adversas para saúde dos idosos. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura com análise de artigos publicados em revistas indexadas entre 2006 e 2017, utilizando como descritores os termos automedicação, AINEs e idoso. Espera-se que a pesquisa possa contribuir ao campo de estudos sobre os riscos do uso de AINEs na terceira idade, através da identificação dos principais fármacos desta classe, suas reações adversas e apresentar informações relevantes aos profissionais farmacêuticos que realizam a orientação sobre uso racional de medicamentos. Pode-se concluir que os AINEs podem agravar problemas de saúde dos idosos e aumentar o risco de interações medicamentosas, cabe ao farmacêutico orientar durante a dispensação, como medidas de identificação e prevenção, garantindo uma utilização mais racional e segura dos medicamentos.

Palavras-chave: Envelhecimento. AINEs. Medicamentos. Uso Racional e Reações Adversas.

DESAFIOS DA SÍNDROME DE CHARCOT-MARIE-TOOTH: RELATO DE CASO

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Helen Neres de Castro Carvalho
Orientador(a): Flávia Leal

Resumo: A doença de Charcot-Marie-Tooth, compreende em um grupo de patologia heterogêneo, marcado pela fraqueza muscular distal, lenta e progressiva com incidência de 1:2500. A CMT pode ser classificada com base nos exames de eletroneuromiografia em tipo 1 com alteração na bainha de mielina e tipo 2 degenerações no axônio do neurônio. Descrevendo o fenótipo da doença de Charcot-Marie-Tooth (CMT) tipo 2 e apresentar um caso diagnosticado com esta afecção genética, abordando aspectos genéticos e físicos. Foi realizado uma revisão bibliográfica e relato de caso de uma criança do gênero masculino, de oito anos e 11 meses portadora da doença. Foram realizadas revisão de prontuário, exames e relatórios da avaliação genética médica e molecular, ressonância magnética, eletroneuromiografia e avaliação da marcha. A análise dos principais genes para CMT, sendo que o gene GDAP1 foi identificada mutação patogênica em heterozigose. Em avaliação física com os principais sinais como pés caídos, extremidades frias, sensibilidade reduzida e movimentos reduzidos. O estudo deste caso possibilitou o conhecimento de alguns fenótipos da CMT, suas manifestações físicas, os métodos de estudo molecular e a relação com a CMT.

Palavras-chave: Charcot-Marie-Tooth. Neuropatia Axonal. Pés Caídos.

NANOTECNOLOGIA NA ÁREA E A FARMACÊUTICA

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): James Macêdo Sá
Orientador(a): Leandra de Almeida Ribeiro Oliveira

Resumo: A nanotecnologia é uma das descobertas mais importantes desde a Revolução Industrial. A nanotecnologia fundamenta-se na habilidade de manipular materiais em escala nanométrica. Justifica-se o desenvolvimento de objetos e dispositivos nanométricos, uma vez que novas e incomuns propriedades físicas e químicas são observadas nessa nova escala. Estudos envolvendo nanotecnologia têm sido direcionados para o desenvolvimento de setores como automotivo e aeroespacial, agricultura, energia, instrumentação e saúde. O objetivo deste estudo é descrever as aplicações da nanotecnologia na área farmacêutica. Foi efetuado o levantamento bibliográfico nas bases de dados Periódicos Capes e Google Acadêmico. Nanopartículas, atuando como nanocarreadores, são capazes de direcionar e controlar a liberação de fármacos. Os principais nanocarreadores aplicados na terapêutica são: lipossomas, dendrímeros, ciclodextrinas, nanopartículas poliméricas e nanopartículas lipídicas sólidas. A nanotecnologia tem contribuído com novas perspectivas na terapêutica, especialmente no tratamento de enfermidades para as quais ainda não há terapias eficazes,

como o câncer, doenças inflamatórias e no combate de infecções fúngicas e virais.

Palavras-chave: Nanotecnologia. Nanocarrreadores. Nanopartículas. Fármacos.

ANÁLISE DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM DROGARIAS DA CIDADE DE ANÁPOLIS-GOIÁS

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Jhonatan Carlos Abade Silva
Orientador(a): Carlos Eduardo Peixoto da Cunha

Resumo: A introdução do medicamento genérico no mercado brasileiro foi dada no momento em que tornou-se possível registrar uma nova categoria de medicamentos que pudessem ser produzidos a partir de um produto de referência ou inovador, após o vencimento do prazo de proteção patentária, devendo este ainda ser semelhante ao produto de marca ou inovador em bioequivalência e biodisponibilidade a fim de obter o mesmo efeito terapêutico. A diminuição do preço de venda do medicamento genérico é possível, pois os fabricantes não investem em estudos experimentais e clínicos, necessários para verificar o comportamento de novas substâncias no organismo humano, bem como avaliar a eficácia da medicação já feitos pelas indústrias detentoras das patentes. De acordo com a perspectiva abordada, o presente trabalho vem propor uma reflexão acerca da razão pela qual após 18 anos da implantação dos medicamentos genéricos no Brasil, estes ainda não lideram o mercado farmacêutico brasileiro. Nesse sentido surgem algumas indagações relacionadas à visão da população em relação a este tipo de medicamento, da confiabilidade, bem como quanto das estratégias empregadas por parte dos farmacêuticos no fornecimento de orientações claras sobre à intercambialidade entre o medicamento genérico e o de referência. O objetivo geral foi de verificar o grau de aceitação de medicamentos genéricos em drogarias de médio porte na cidade de Anápolis-Goiás. A pesquisa realizada foi do tipo exploratória com a intenção de mostrar a razão pelo o qual o medicamento genérico ainda não lidera o mercado farmacêutico brasileiro. A pesquisa foi realizada em duas drogarias localizada no município de Anápolis, estado de Goiás, durante o mês de setembro de 2017. Com a realização deste estudo foi possível concluir que o medicamento
genérico é tão relevante quanto o de referência. As pessoas necessitam saber as vantagens em se adquirir esses medicamentos, bem como ter conhecimento de que o genérico tem o mesmo princípio ativo em relação ao de referência através do profissional farmacêutico.

Palavras-chave: Medicamento Genérico. Intercambialidade. Patente. Farmácia Popular.

ANÁLISE MERCADOLÓGICA DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS NO BRASIL RESSALTANDO A SUA IMPORTÂNCIA E SUA CONFIABILIDADE

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Leandro de Castro Oliveira
Orientador(a): Carlos Eduardo Peixoto da Cunha

Resumo: O acesso ao medicamento, atualmente, envolve a possibilidade de substituição de um produto por outro, estando diretamente relacionados às condições mercadológicas praticadas. Os medicamentos e o seu uso, são regulados por normas rígidas que garantem aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, ao acesso a produtos farmacêuticos seguros, eficientes e eficazes. Com o início do processo de discussão sobre os medicamentos genéricos no País, ainda na década de 70, convergindo na criação da Lei 9.787, de 10/02/1999. Em fevereiro do ano 2000, iniciaram-se os processos de concessões dos primeiros registros sanitários de medicamentos genéricos. O objetivo principal desta pesquisa foi de realizar uma análise dos números do mercado dos genéricos e sua relevância, utilizando uma ferramenta de suma importância utilizada nas indústrias farmacêuticas, capaz de detalhar todos os medicamentos e vários produtos para saúde vendidos no Brasil. Como objetivos específicos, o intuito foi de analisar as classes terapêuticas de grande consumo, destacar a importância do genérico, e ainda analisar os destaques dentro do segmento dos genéricos, como maiores mercados, maiores evoluções e produtos recém-lançados. Esta pesquisa foi do tipo acadêmica, exploratória, na qual realizou-se uma investigação bibliográfica baseada em fontes primárias e secundárias, desenvolvida a partir da interpretação de elementos derivados de fontes originais, revistas e periódicos. Esta análise mercadológica permite-nos analisar os produtos mais interessantes a serem desenvolvidos e acompanhados, visto que no caso de alguns já nos mostram o quanto são utilizados e para outros, nos alertam para nos preparar para tendências de um futuro próximo.

Palavras-chave: Genéricos. Confiabilidade. Lançamentos.

HIPERTENSÃO ARTERIAL: CAUSAS, DIAGNÓSTICO TRATAMENTO E DOENÇAS ASSOCIADAS

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Lívia Marinho da Mata e Silva
Orientador(a): Rosa Silva Lima

Resumo: Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma condição clínica multifatorial caracterizada por elevação sustentada da pressão arterial menor ou igual a 140 e/ou 90 mmHg. Frequentemente se associa a distúrbios metabólicos, alterações funcionais e/ou estruturais de órgãos-alvo, sendo agravada pela presença de outros fatores de risco, como dislipidemia, obesidade abdominal, intolerância à glicose e diabetes mellitus tipo 1 e 2. Possui associação com eventos como morte súbita, acidente vascular encefálico (AVE), infarto agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca, doença arterial periférica e doença renal crônica. No Brasil, a HAS atinge cerca de 32,5% da população adulta, e mais de 60% dos idosos, contribuindo direta ou indiretamente para aproximadamente 50% das mortes por doença cardiovascular. A avaliação inicial de um paciente com hipertensão arterial sistêmica (HAS) inclui a confirmação do diagnóstico, a identificação de causa secundária, além da avaliação do risco cardiovascular. As lesões de órgãos-alvo e doenças associadas também devem ser investigadas. Faz parte dessa avaliação a aferição da pressão arterial no consultório médico e fora dele, utilizando-se técnica adequada e equipamentos validados. Deve ser levada em consideração a história clínica do paciente (pessoal e familiar), exame físico e investigação clínica e laboratorial. A abordagem terapêutica para HAS elevada inclui medidas não medicamentosas e o uso de fármacos anti-hipertensivos, a fim de controlar e\ou reduzir a

pressão arterial, proteger os órgãos-alvo, prevenir desfechos cardiovasculares e renais.

Palavras-chave: HAS. Principais Causas. Consequências. Diagnostico. Tratamentos.

COSMECÊUTICOS E NUTRICOSMÉTICOS UTILIZADOS NO COMBATE AO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Louisi Aniszewska Dalmaschio
Orientador(a): Aldelson Bessera de Sousa

Resumo: Com o aumento dos padrões estéticos e com acedência da expectativa de vida da população, houve um grande interesse de minimizar ao máximo as marcas e os sintomas que tangem a idade avançada. A procura de produtos que minimizem o envelhecimento precoce, que diminuem as marcas causadas pelo tempo e por fatores externos, fez com que a indústria de cosméticos e de alimentos criassem novos conceitos de produtos, como os cosmecêuticos e os nutricosméticos. Muitas dessas matérias-primas e ativos estão sendo alvo de estudos e cada vez mais está crescendo a demanda de produtos no mercado. O estudo teve como objetivo pesquisar sobre o envelhecimento cutâneo, suas modificações, e as reais dimensões da eficácia de novos produtos e tratamentos utilizados no combate ao envelhecimento cutâneo. A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática por meio de artigos científicos, livro e revistas indexadas e bases de dados eletrônicos. As matérias-primas utilizadas nesse estudo, não são as únicas referidas nas bibliografias consultadas, mas são as mais estudadas, apresentando maior eficácia e segurança. Os cosmecêuticos e os nutricosméticos estão caminhando lado a lado na ação contra o fotoenvelhecimento precoce. O número de pesquisas envolvendo matérias-primas e ativos que integram os cosmecêuticos e os nutricosméticos tem crescido, mas, ainda possui escassez de informação por parte da comunidade científica.

Palavras-chave: Cosmecêuticos. Nutricosméticos. Envelhecimento. Envelhecimento Cutâneo.

AUTOMEDICAÇÃO POR AINE`s E SUA RELAÇÃO COM PROBLEMAS GASTROINTESTINAIS NO TRATAMENTO DE CEFALEIA

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Marco Aurélio Silva
Orientador(a): Rosa Silva Lima

Resumo: Os AINE´s são caracterizados como um grupo variado de fármacos que têm em comum a capacidade de controlar a inflamação, reduzir a dor, e de combater a febre. Apesar de em sua maioria serem constituídos por ácidos orgânicos, sua estrutura química não é relacionada. Caracterizam-se por inibir a atividade de subtipos da ciclo-oxigenase, impedindo assim a síntese de eicosanoides pela via metabólica da cascata do ácido araquidônico. Fazem parte deste grupo medicamentos muito conhecidos, pois vários já estão disponíveis há muito tempo no mercado farmacêutico, também por serem de venda livre, e

pelo vasto número de situações em que são usados, muitas vezes de maneira inapropriada, onde a automedicação e o uso indiscriminado podem causar problemas sérios de saúde. São exemplos o ácido acetilsalicílico, ibuprofeno, o diclofenaco e o Naproxeno. Os anti-inflamatórios não esteroides (AINE's) encontram-se entre os medicamentos mais prescritos em todo o mundo. Especialmente para tratar sintomas de cefaleia, dores nas costas, dentes e pós-cirúrgicos. Sua relação com problemas gastrointestinais está relacionada ao uso prolongado e indiscriminado, onde úlceras gástricas e hemorragias gastrointestinais podem ocorrer. Essa classe heterogênea de fármacos inclui a aspirina e vários outros agentes inibidores da ciclo-oxigenase (COX), seletivos ou não. O objetivo deste trabalho consiste em compreender os perigos da prática da automedicação e sua relação com medicamentos AINE´s no tratamento da cefaleia, a partir de um estudo de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: AINE´s. Cefaleia. Automedicação. Problemas Gastrointestinais.

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO (ITU) EM GESTANTES NO PERÍODO DE 2006 A 2016

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Mariângela de Jesus Monteiro
Orientador(a): Mariangela Sousa R. dos Santos

Resumo: Infecção do trato urinário (ITU) corresponde à presença e à replicação de bactérias no trato urinário, causando danos aos tecidos do sistema urinário. É uma das mais comuns infecções bacterianas na mulher, 40% das mulheres adultas apresentam pelo menos, um episódio de ITU em suas vidas. A gravidez é uma situação que predispõe ao aparecimento de ITU, devido as mudanças fisiológicas (mecânicas e hormonais), que ocorrem nesse período da vida da mulher. Dentre as complicações perinatais das ITU,destacam-se o trabalho de parto e o parto pré-termo, recém-nascidos de baixo peso,ruptura prematura de membranas amnióticas, restrição de crescimento intra-útero,paralisia cerebral/retardo mental e óbito perinatal. O objetivo da presente revisão foi identificar os fatores que contribuem para infecções do trato urinário em gestantes no período de 2006 a 2016.

Palavras-chave: Infecção Urinária. Gestação. Complicações na Gravidez.

A RELAÇÃO DO PROGRAMA "FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL" COM A ADESÃO AO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Pedro Henrique Pereira de Moura
Orientador(a): Adelsom Bezerra de Souza

Resumo: O comportamento terapêutico e a orientação ao tratamento farmacológico exerce grau de concordância em relação à adesão ao tratamento, cabendo assim ao profissional de saúde a orientação a este paciente. O baixo grau de adesão farmacológica interfere

negativamente a evolução e o quadro clínico do paciente, causando assim consequências pessoais, social e econômica. O governo federal, por intermédio do ministério da saúde implantou o programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) em 2004, com o objetivo de aumentar o acesso aos medicamentos por parte da população de baixa renda. Trata-se de um programa igualitário, onde todos podem ter acesso, obedecendo às respectivas diretrizes que o programa abrange. O objetivo do respectivo trabalho é discutir sobre a adesão ao tratamento enfatizando o papel do Programa Farmácia Popular do Brasil, descrevendo as legislações vigentes e os agravos relacionados com a adesão farmacológica, utilizando a metodologia de pesquisa em compêndios a fim de destacar as que mais relacionam com o tema em questão. Com a grande expansão que o programa farmácia popular do Brasil vem desenvolvendo ao longo de sua criação, pode-se considerar como auxilio no fornecimento de medicamentos ao paciente. Este fornecimento, por sua vez se caracteriza como de qualidade, divido se tratar de estabelecimentos privados e credenciados sempre dispondo de um profissional farmacêutico a todo o momento.

Palavras-chave: Medicamento. Agravos. Saúde.

ATRIBUIÇÃO DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO USO RACIONAL DOS AINES NO TRATAMENTO DA AGENESIA DO ATLAS (C1)

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Vilma Furtado dos Santos Freitas
Orientador(a): Adelsom Bezerra de Souza

Resumo: Agenesia Congênita do Arco Posterior C1 é uma anomalia rara, com baixa incidência em torno de 0,69% e 2,95%, as causas são desconhecidas, embora fatores hereditários possam contribuir para estes casos. É assintomática, frequentemente despercebida e o diagnóstico é quase sempre acidental. A familiaridade com essa anomalia pode auxiliar os profissionais da saúde na correta gestão desses casos, favorecendo no diagnóstico. Podem apresentar sintomas dolorosos e, é comum pacientes com dor crônica fazer uso continuo de AINES. O objetivo deste trabalho consistiu em descrever sobre anomalias congênitas do Atlas; Atenção Farmacêutica no manejo da dor, na colaboração do farmacêutico com o uso racional de AINES, por meio de uma revisão da literatura da patologia em questão. Portanto foi realizada uma revisão da literatura através de pesquisas em artigos científicos de publicações nacionais e internacionais direcionados a Agenesia do Arco Posterior do Atlas (C1) . Pode-se concluir que o diagnóstico deve ser considerado em casos de cervicalgia e / ou clicando, o paciente deve ser restringido de atividade física significativa, o diagnóstico é feito por radiografias, imagens de TC e IRM.A complicação mais perigosa é a compressão da medula espinhal, que é encontrada nos tipos C e D. A literatura não fornece uma recomendação clara para o gerenciamento dessas anomalias, no entanto, são utilizados AINES, opioides e miorrelaxantes para o controle da dor, merecendo avaliação criteriosa, nesse quesito o farmacêutico tem papel importante de conscientizar o seu uso racional.

Palavras-chave: Atlas. Agenesia do Arco Posterior C1. Atenção Farmacêutica. Uso Irracional de Anti-Inflamatórios.

PARASITOSES INTESTINAIS EM CRIANÇAS DE 06 MESES A 6 ANOS EM CRECHE DE SILVÂNIA-GO EM 2017

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Sebastião Soares Filho
Orientador(a): Loise Costa Oliveira da Silva

Resumo: Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, as infecções parasitarias, afetam bilhões de pessoas em todo mundo, sendo uma das causas de morbidade e mortalidade em diversos países, associadas a doenças diarreicas. Além de comprometer o desenvolvimento físico, mental e cognitivo do grupo. É comum, a relação entre infecções intestinais por parasitas e a insalubridade. Algumas infecções parasitarias causam sérios danos ao organismo do hospedeiro, sendo mais comuns: diarreia grave, obstrução intestinal e outros. O município de Silvânia, mesmo com um crescimento favorável, apresenta problemas de infraestrutura e favorece o aparecimento de doenças. O objetivo deste trabalho, apresentar a prevalência das parasitoses intestinais em crianças de 06 meses a 5 anos, assistidas em creche de Silvânia, e correlacionar a aspectos socioeconômicos. Foram analisadas amostras fecais de 32 crianças, pelo método de Hofmann, Pons e Janer (sedimentação espontânea), onde foram identificadas infecções parasitarias por helmintos Ascaris lumbricoides 15%, Enterobius vermicularis 13% e biparasitismo por Ascaris lumbricoides e E. vermiculares 44% que correspondem por 100% de positividade. A pesquisa obedeceu a critérios preconizados na Resolução do Conselho Nacional de Saúde no 466/2012. A avaliação ética foi feita pela Plataforma Brasil. Levando em consideração a alta prevalência de helmintos observados na população estudada, desenvolveu-se uma ação para o tratamento em conjunto de todos os matriculados da creche, incluindo os profissionais que ali trabalham. Após tratamento será feito reexame parasitológico. Mesmo com os avanços no diagnóstico e tratamento as parasitoses intestinais continuam sendo um sério problema de saúde pública.

Palavras-chave: Helmintos. Prevalência. Tratamento.

REPOSICIONAMENTO DE DROGAS PARA TRATAMENTO DO ZIKA VÍRUS

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Soliane Marques Martins
Orientador(a): Carlos Eduardo Cunha

Resumo: O Zika Vírus é um flavivírus transmitido por mosquitos, identificado em humanos em 1952, no Uganda e na República Unida da Tanzânia. No Brasil, em Julho de 2015 foi associado à infecção pelo vírus Zika e a síndrome de Guillain-Barré e a microcefalia, tornando-se uma "emergência" a nível mundial, demonstrando um risco especial para mulheres gestantes ou em idade fértil. O objetivo deste trabalho consistiu em um levantamento de publicações sobre Zika Vírus, sua relação com a sindrome de Guillain-Barré (GBS), microcefalia e outras doenças neurobiológicas; buscando pesquisas sobre o reposicionamento de fármacos no combate ao Zika Vírus. Para este estudo realizou-se um

uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e estudo bibliográfico, em diferentes bases eletrônicas de publicações nacionais e internacionais. Pode-se concluir com base nos estudos analisados que já se encontram resultados promissores sobre reposicionamento de fármacos no combate ao vírus Zika, no entanto a melhor forma de controle é a eliminação do vetor.

Palavras-chave: Zika Vírus. Microcefali. Síndrome de Guillain-Barré. Reposicionamento de Fármacos.

ATIVIDADE ANTICANCERÍGENA DE ANÁLOGOS DE CHALCONAS

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Thatiane Rodrigues da Silva
Orientador(a): Rosa Silva Lima

Resumo: A busca por substâncias que possam ser utilizadas como medicamentos é um processo longo e de alta complexidade que se inicia com o desenvolvimento de novos compostos candidatos a fármacos. No presente trabalho, foi desenvolvida a síntese, a caracterização físico-química, a avaliação da atividade antitumoral, frente a três linhagens de células tumorais de mama (OVCAR- 8), colón (HCT-116) e sistema nervoso central (SF-295) de duas bischalconas do tipo retinóide. Todos os compostos foram purificados por recristalização em álcool isopropílico e caracterizados por RMN, IV-TF. Os compostos apresentaram atividade citotóxica relevante com IC 50 variando de 2.70 a 35 µmol/L. As bischalconas 18 e 19 apresentaram IC50 de 2.88 µmol/L e 2.70 µmol/L para a linhagem celular de colón (HCT-116)

Palavras-chave: Bischalconas do Tipo Retinoide. Atividade Antitumoral.

OBESIDADE INFANTIL E O DIABETES MELLITUS TIPO 2: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ano: 2017
Curso: Farmácia
Aluno(a): Karine Francielle Guimarães da Silva
Orientador(a): Isabella Lacerda Fernandes

Resumo: A obesidade infantil é uma das doenças nutricionais que mais têm se expandido, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento possuindo uma relação direta com o diabetes mellitus. A prevalência do diabetes mellitus tipo 2 aumentou no mundo atualmente como resultado da interação genética e outros fatores de risco que são determinantes da doença. Uma vez que, a prevenção da doença implica na prática de um conjunto de ações para evitar o seu aparecimento e/ou sua progressão e que inúmeros fatores de risco e doenças associadas podem ser potencialmente modificáveis pelos hábitos de vida. Em relação aos fatores etiológicos relacionados com o desenvolvimento da obesidade na infância são determinantes o desmame precoce, introdução de alimentos inadequados e a inatividade física, além da herança genética. Para o tratamento do obeso infantil, é

importante a atuação de equipe multiprofissional (médico, nutricionista, psicólogo, e o educador físico), e em último caso o tratamento com medicamentos. Pode-se considerar, com o presente estudo, que existe uma grande relação entre a obesidade infantil e o desenvolvimento do diabetes mellitus tipo 2, pois, segundo Santos (2013) à medida que o indivíduo aumenta sua massa gorda, seus níveis glicêmicos também se elevam, aumentando o risco de desenvolvimento da doença. O presente trabalho tem como objetivo analisar o que é obesidade infantil, as características gerais da doença, assim como a sua relação com o diabetes tipo 2. Esta análise será realizada a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto, onde a relação entre a obesidade infantil e o diabetes tipo 2 será evidenciada e analisada.

Palavras-chave: Obesidade Infantil. Doenças Associadas. Diabetes Mellitus Tipo 2.